

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco reuniu na sede da Junta de Freguesia, sita no Largo Doutor António de Sousa Macedo, número sete, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, sob a presidência da sua Presidente, Maria Irene dos Santos Lopes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário em exercício, José Augusto Ravasco Pato, e pelo Segundo Secretário em exercício, Henrique Jorge Machado Ribeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1. Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta, e da situação financeira da Freguesia; -----

----- 2. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas de 2024: -----

----- 3. Apreciação e votação da 1ª Alteração Orçamental de 2025: -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** Simão Medeiros Mendes Godinho, Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira e Vitor Manuel Correia da Silva. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** Duarte Nuno de Canha Noronha da Câmara Vasconcellos e Ana Isabel Cotrim de Figueiredo da Rocha Ferreira. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** Ana Sara Camarinha da Cunha e Souza Pinto e José Alberto Valério Diniz; -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD):** Nuno Henrique Faria Coelho. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** André Castro Soares. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Ricardo Filipe de Araújo Jorge Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Pato. -----

----- Águeda Maria Gonçalves Polónio, que justificou a sua ausência e foi substituída por Henrique Ribeiro. -----

----- Eunice Amélia Teixeira da Costa Gonçalves, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Augusta de Oliveira. -----

----- Carlos Medrano Victor, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vitor Silva. -----

----- Luís Filipe Gonçalves Marques. -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente, Carla Cristina Ferreira Madeira, e por Carla Sofia Lopes de Almeida e Luísa Silva Rodrigues. -----

----- (A convocatória da reunião com a respetiva ordem de trabalhos, a lista de presenças e as justificações de ausência são anexadas à presente ata e dela fazem parte integrante) --

----- Às dezanove horas, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Carlos Gomes** fez a seguinte intervenção: -----

----- "Boa tarde, o meu nome é Carlos Gomes e venho aqui em representação de um pequeno negócio, o Grupeto Café, não sei se algum de vocês conhece ou não. Não vos quero roubar muito do vosso tempo, porque isto para nós é aqui um último recurso, vou só fazer um breve enquadramento para aqueles que não nos conhecem. -----

----- Nós somos um pequeno café ali na Rua de São Paulo, com a paixão do ciclismo e com um estilo de vida saudável e com um grande envolvimento comunitário, vínhamos aqui fazer exposição de uma situação que já foi trazida várias vezes à Junta formalmente, com processos, e que tem a ver com uma situação que tem a ver com a viabilidade que nós tínhamos para este negócio, que é diferenciador, que não é só um negócio, é também uma paixão nossa, está aqui também a Sofia e o António, que estamos os três juntos neste projeto e estamos com uma dificuldade muito grande. -----

----- Queríamos vir aqui pedir a atenção, porque acho que somos diferenciados relativamente ao tecido de negócios que ali existem, apesar de estarmos aqui há um ano, vai fazer agora em maio, e temos já uma forte envolvimento comunitário até com as pessoas, com os poucos residentes até mais antigos, que fazemos alguns serviços, até de entregas de comida e não sei o quê para ajudar as pessoas, não querendo com isto de forma alguma que tenham pena ou especial atenção para nós, só dizer que estamos já até bem enraizados ali. -----

----- Temos uma dificuldade porque por ironia do destino, em frente ao nosso estabelecimento temos um estacionamento de bicicletas, que nós já avançámos várias soluções para termos ali um espacinho e isto tem a ver diretamente com a viabilidade do projeto, porque quando nós começámos as obras esse estacionamento não existia e nós tínhamos a expectativa legítima, com base no princípio da equidade, que tem a ver também com os outros negócios. Nós somos o único negócio ali deste género que não tem uma esplanada e isso para nós tem sido aqui um problema muito grande. Já avançámos com várias soluções, até nos disponibilizámos para ajudar, fazer o que fosse preciso, realocação, utilização equilibrada, porque aquilo tem cinco, basta remover três e nós conseguimos ter isso. -----

----- Queria-vos pedir, aqui já é o último recurso e eu peço desculpa por estar a roubar o tempo, têm certamente coisas bem mais importantes para discutir e decidir a seguir, mas até dirigimos à Presidente da Junta aqui presente, que acho que também já tomou conhecimento desta situação e, portanto, acho que quando olhou para mim percebeu, era-lhe familiar a questão e vim aqui pedir ajuda porque nós, obviamente que isto é uma paixão, não é uma questão só de negócio, mas tem que ter uma viabilidade e de facto a esplanada, posso-vos dizer só para falarmos aqui da frieza dos números, o facto de não a termos tira-nos ali entre 25% a 30% daquilo que tínhamos como expectável. -----

----- Realmente ali é uma pressão, é uma zona de forte pressão turística, como vocês melhor do que eu sabem, mas na realidade no futuro pode acontecer é também haver ali negócios de outra estirpe que também, pelo que sei, também querem de alguma forma não dar seguimento a isso, ou seja, não é negócios de diversão noturna ou outros também mais dúbios. Nós somos efetivamente diferenciadores e queríamos utilizar aqui este último recurso para pedir a vossa ajuda. Nós estamos disponíveis e já disponibilizámos várias soluções e disponibilizámos também o nosso tempo e recursos e inclusive ainda esta semana, ou no princípio da outra, iremos apresentar novamente um pedido com um projeto equilibrado que mantém o estacionamento e nos dá espaço para as duas coisas.

----- Basicamente era isto que tínhamos aqui para apresentar, não querendo roubar muito do vosso tempo e sendo respeitador do mesmo. Por mim é só, muito obrigado e boa tarde, bons trabalhos. -----

----- A Senhora Presidente da Junta disse que agradecia a intervenção, de facto a situação era bastante familiar porque conhecia bem o caso. Percebia a legítima pretensão, da mesma forma que também sabia que percebiavam os problemas que a Junta de Freguesia enfrentava na gestão do espaço público. -----

----- A Rua de São Paulo era conhecida de todos, era uma rua em que abriram muitos estabelecimentos ao arrepio até do plano de urbanização. Não estava a dizer que era o caso desse estabelecimento, estava a falar no geral, mas de facto era uma rua que do dia para a noite cresceu muito e de repente passou a ter muitos bares e muitas esplanadas também. Estavam a falar de uma rua que tinha excesso de estabelecimentos e excesso de esplanadas, excesso de ruído. -----

----- Percebia que esse estabelecimento não era um dos quais recebiam queixas de ruído, as referências que tinha eram de um estabelecimento cumpridor das regras e bastante bem enquadrado no habitat, mas o problema era que muitos comerciantes iam para essa zona da cidade e esqueciam que havia lá moradores que tinham de continuar a existir lá. Não era o caso desse estabelecimento. -----

----- Quando se reabilitou a Rua de São Paulo foram colocados alguns suportes para estacionamento de bicicletas e de motas e um ficou em frente a esse estabelecimento. Como também deviam compreender, as entidades públicas não podiam estar sempre a fazer obras cada vez que abria um estabelecimento. Era uma obra que estava acabada de ser feita, ainda estava até no prazo de garantia e não podiam estar a mudar as obras no espaço público tendo em conta a função do estabelecimento. -----

----- Essa era uma dificuldade que a Junta de Freguesia tinha, porque geriam centenas de estabelecimentos. Era uma Freguesia com muitos estabelecimentos e não podiam estar a fazer alterações no espaço público em função dos vários estabelecimentos que surgiam. -----

----- Nas reuniões que tiveram com os serviços, tinha conhecimento delas, era transmitido que não queria dizer que não se pudessem fazer ajustes em novas obras na rua, que não pudesse ser pensada a relocalização dos suportes de bicicletas, não queria dizer que fosse definitiva essa situação, mas não podia ser princípio de uma Junta de Freguesia adaptar o espaço público aos estabelecimentos comerciais que abriam. -----

----- Outra coisa que não podia acontecer era que os estabelecimentos fossem para o território a contar que o espaço público fazia parte do seu negócio, porque podia fazer parte ou não do negócio do estabelecimento se tivesse uma licença durante um determinado período. -----

----- Era um estabelecimento bastante bem enquadrado no habitat local face aos que lá abriam e que havia muitas queixas, muito ruído e muita sujidade, era um estabelecimento até de referência, mas uma entidade pública não podia estar a adaptar o espaço público em função dos espaços comerciais que surgiam. Podiam sempre, na medida do possível, fazer uma coabitação com os dois usos e queria passar essa mensagem, dizer que nenhum estabelecimento comercial que fosse para a Freguesia podia assumir que o espaço público era seu. Mesmo aqueles que tinham esplanada, porque a Junta de Freguesia impôs uma limitação de horário até às onze da noite e foi uma forma de não retirar aquelas esplanadas totalmente, porque se fosse possível a coabitação as esplanadas eram licenças precárias e a

Junta de Freguesia podia de um dia para o outro revogar todas as esplanadas que existiam na Freguesia, porque o espaço era público e a licença de esplanada era sempre precária.

----- Ficava mais uma vez com a preocupação e comprometia-se a acompanhar o assunto, sem dar garantias que um dia o estabelecimento poderia ter esplanada. Agora era esse estabelecimento, depois seria outro e quando geriam uma Freguesia com centenas de estabelecimentos a quererem ter esplanada tornava-se muito difícil essa gestão e esse equilíbrio. -----

----- **Freguesa Sofia Mendes** fez a seguinte intervenção: -----

----- *"Foi sempre o que nós quisemos, arranjar uma solução que mantivesse o interesse público de manter aquele estacionamento, mas também não nos prejudicasse. Portanto, nós o que queremos é entrar em diálogo e arranjar uma solução construtiva. Temos total disponibilidade, sempre tivemos e, de uma forma muito transparente, nós não aguentamos muito mais tempo face ao impacto financeiro. -----*

----- *Eu percebo que não poderíamos ter considerado, mas a verdade é que vemos todas as esplanadas de todos os estabelecimentos, consultamos os regulamentos que estão no site da Junta de Freguesia, onde inclusive têm mapas que dizem que aquela zona é sujeita a ser pedida uma esplanada. Eu compreendo perfeitamente tudo o que disse, mas nós estamos numa situação em que financeiramente é complicado continuar. Nós não somos uma grande empresa, somos três amigos e, portanto, aquilo que vos pedíamos era alguma colaboração, em que conseguíssemos encontrar um equilíbrio entre o interesse público e o nosso interesse, sendo que nós temos interesse em manter-nos por cá e por isso é que viemos, para ficar e não para ir embora e deixar que alguém ocupasse aquele espaço com outras coisas que se calhar não são tão interessantes. -----*

----- *Fica só o nosso pedido, nós só queremos colaborar com a Junta no sentido de arranjar uma solução equilibrada. Só isso, mais nada." -----*

----- **Freguesa Ksenia** fez a seguinte intervenção: -----

----- *"Boa tarde. O meu nome é Ksenia e como já percebi tenho que apresentar-me primeiro quem que eu represento. Já nos vemos aqui várias vezes, eu já apareci cá como eu, Ksenia, como cidadã, como uma pessoa que mora cá na rua a cinco metros, na Travessa Convento de Jesus, mas percebi que quando eu venho com o meu nome não sou ouvida. -----*

----- *Tudo aquilo que eu queria transmitir para esta Junta, para esta Freguesia, não foi ouvido. Eu mudei de tática, eu já apareci cá como representante do movimento que eu própria fundei, que é Lisboa Possível, para tentar conversar com vocês sobre a visão que nós temos e deveríamos ter, que não temos na realidade, deveríamos ter para esta Freguesia, uma Freguesia das mais bonitas de Lisboa e provavelmente do país inteiro, que eu adoro, eu moro cá há 14 anos já e acho que conheço e espero que ninguém me diga, "mas tu não moras aqui o tempo suficiente", aqui não estamos a medir o tempo que cada um mora. Acho que todos deveríamos ter o poder de dizer que podemos opinar sobre esta Freguesia. -----*

----- *Portanto, quando eu apareci cá como representante do movimento, tive a experiência de gostring, a última vez não me deixaram aqui falar porque eu estava no trabalho, não consegui vir mesmo às sete para me inscrever, já fui calada e nada foi feito sobre isso. Portanto, desta vez tive que juntar-me a um partido, graças a todos vocês, graças aos quatro anos de eu tentar mudar alguma coisa nesta Freguesia. Portanto, hoje também*

venho como eu, Ksenia, como representante de Lisboa Possível e também como representante do Partido Volt. -----

----- Eu li com muita atenção aquilo que foi anunciado sobre esta reunião. Então, hoje a Carla Madeira está aqui para apresentar as contas, para contar aquilo que conseguiu durante este mandato. Estamos na época eleitoral, portanto, o mínimo que eu posso fazer é contar-vos o que é que acontece na Europa e aquilo que não aconteceu aqui. Vou relembrar primeiro que Portugal e Lisboa, também a nossa Freguesia, é onde menos se caminha na União Europeia, em comparação com todo o resto da Europa não caminhamos. Também é o segundo pior país em termos de transportes públicos, só 12% dos portugueses usam transportes públicos e é o mesmo também na nossa Freguesia, não conseguimos usar transportes públicos porque o 28 está sempre entalado com os carros privados e os outros meios de transporte também não conseguem passar porque a nossa prioridade é criar mais espaço de estacionamento em vez de o tirar. -----

----- Portanto, nós pagamos muito mais pela nossa mobilidade do que qualquer outro cidadão europeu. E mais, menos de 1% de portugueses usam bicicleta, em comparação com qualquer outro europeu, qualquer outra cidade. Portanto, nós estamos aqui realmente no passado. -----

----- Enquanto hoje, por exemplo, o meu colega do Volt de Holanda enviou-me um e-mail lindíssimo que eu adorava receber da Carla Madeira, ou da vossa Junta, que dizia assim: "Querido cidadão, gostávamos nós", a junta da freguesia lá de Holanda, "gostávamos de convidá-lo para discutir a pedonalização de toda a nossa cidade e gostávamos que o cidadão participasse na discussão com os moradores e comerciantes que querem pedonalizar todo o centro histórico e todas as ruas envolventes". Esta é a realidade que nós gostávamos de ter. -----

----- Então, vamos ver o que é que aconteceu durante estes quatro anos, Carla Madeira. Pedonalização, nada. Tentamos pedonalizar a rua e a travessa dos Mastros, a Travessa dos Mastros que é oficialmente pedonalizada serve como estacionamento ilegal ao ar aberto e já fechou ali um negócio, que é um dos negócios impecáveis, não causava nenhum problema a ninguém, nem barulho, nem nada, que era o... Já conseguimos todos aqui fechar o negócio. Parabéns, estão ali quatro carros, então aquele espaço serve para quatro carros estacionados. Qual é a lógica que nós já ouvimos? Ah, mas há ali uma garagem. Todos sabemos que não há nenhuma garagem ali, não há nenhum carro dentro e não há licença. Já andamos assim há anos. -----

----- A Rua dos Mastros, com tanto tempo e tanto esforço dos cidadãos verdadeiros, não com petições que ninguém viu, mas com uma petição que levou 1200 assinaturas e com todo o processo na Câmara Municipal, na Assembleia, na Câmara e aqui, tudo aquilo que nós conseguimos é uma mísera lomba. O que é que acontece? Não sei se vocês caminham ou passam lá na Rua dos Mastros, as motos dão uma volta, os carros continuam a passar. O que é que dizem realmente os moradores? A mãe que continua a morar lá diz que ela nem consegue abrir as janelas porque não se respira. Os outros dizem que continuam com barulho. -----

----- A Carla Madeira gosta de falar do silêncio e do respeito. O nosso projeto para a rua e travessa dos Mastros foi muito claro. Nós não estamos a defender as esplanadas, nós estamos a defender uma regra super clara que às 10 da noite todo o barulho deveria acabar. Nós estamos ali com uma proposta de tempo legal, de hora legal para acabar com

o barulho e nós continuamos ali com licenças até às três da manhã. Então é uma incoerência, os cidadãos pedem uma coisa concreta que é silêncio, respeito e rua pedonalizada e vocês tornaram este discurso numa falsidade, dizer que nós queremos esplanadas. Não é verdade. -----

----- Nós queremos silêncio e crianças ali a brincar. Enquanto isso acontece no resto da Europa, e eu posso confirmar porque eu estou a ver a realidade através deste partido que eu agora represento, que é o Volt, a realidade em todos os outros países e fico triste porque aqui não conseguimos fazer nada disso, nem um por cento disso. Não conseguimos reduzir o número de carros que passam cá porque não há esta visão. Eu nunca ouvi a Carla Madeira dizer que nós temos que diminuir o número de carros na Freguesia, só ouço que temos que criar mais espaço de estacionamento. -----

----- Desculpe, isto é dos anos 80. Vá para a Espanha, em Espanha já não é assim. Há pessoas que caminham, há pessoas que vão de bicicleta, que vão de transporte público. Ter carro é ultrapassado, é só aqui que nós ainda achamos que é assim que vamos ganhar as eleições. -----

----- Ouçam aquilo que as pessoas querem. As pessoas viajam, já perceberam que centrar toda a nossa atenção no carro é atraso. -----

----- Mais, estacionamento de bicicletas. Também foi uma das minhas propostas, como cidadã, nem foi considerada. Portanto, continuamos nesta Freguesia sem estacionamento para bicicletas, não retirámos nenhum carro e não conseguimos nenhum silêncio. Portanto, como cidadã, como representante do movimento dos cidadãos pela mobilidade ativa e pelo urbanismo e também como representante do partido Volt, que é europeu e quer progresso, quer soluções, é isto que eu apresento como as minhas contas para esta sessão da apresentação das contas. -----

----- Obrigada. " -----

----- **Membro André Soares (BE)** disse que queria agradecer à cidadã Ksenia e dizer que nem que vivesse ali um dia, desde que estivesse recenseada e registada na Freguesia era uma freguesa como outra qualquer e tinha todo o direito de expor aquilo que lhe apetecia, mesmo que o Executivo ficasse incomodado e não quisesse responder às suas propostas.

----- O BE esteve nas iniciativas, tanto nas iniciativas como movimento como também do partido político, associavam-se. Consideravam que a Junta de Freguesia fazia muito pouco pela pedonalização de toda a Freguesia. Estavam a usar uma rua como uma espécie de símbolo que funcionasse depois para outras ruas da Freguesia, que eram parques de estacionamento a céu aberto. Esse modelo em Portugal e em específico na Freguesia era visto com maus olhos, como uma ameaça, como uma espécie de frente aos poderes vigentes. Isso dava-lhe pena porque de facto tinham uma Freguesia que podia ser muito mais andável, podia ter muito menos carros. Era uma Freguesia intoxicante, com ruas íngremes e onde os carros aceleravam de uma forma completamente agressiva, onde se andava demasiado rápido. Se vissem a velocidade a que os carros desciam naquela rua frente à Junta de Freguesia era uma coisa completamente terceiro mundista e tinha muita pena que não pudessem ter feito mais, porque eram oposição e não tinham força política para fazer muito mais e ajudar. -----

----- Era uma pena a Freguesia durante os quatro anos ter tornado uma Freguesia pior, mais degradada. Parecia haver um Bairro Alto e uma Rua da Atalaia em cada esquina e era com grande tristeza que dizia isso do mandato do Executivo à frente da Freguesia e queria pedir

desculpa em nome de todos os fregueses, independentemente daqueles que não estavam ali ou que não queriam dizer, pela forma às vezes errática com que tinha sido tratada nessa Assembleia. Em nome do Bloco de Esquerda, do seu partido, pedia imensa desculpa e lamentava imenso que no século 21 ainda estarem ali com esse tipo de atitudes completamente escusadas. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que tinha pedido a palavra só para recordar que não foram colocadas questões, foram feitas observações e de facto a Assembleia de Freguesia da Misericórdia era um espaço livre, onde todos os cidadãos e todas as cidadãs tinham exposto os seus pontos de vista. Não tinham que estar sempre de acordo e não estavam, mas era uma reunião da Assembleia, não era do Executivo da Junta. Achava que devia dizer isso e pensava falar em nome de todos ou de quase todos, que sempre foi um espaço livre, sempre foi um espaço democrático e em que todos os cidadãos e todas as cidadãs puderam falar sem exceção. -----

----- Aquilo que a Senhora Ksenia ali referiu foi um dia em que ela chegou e a Assembleia de Freguesia já estava a decorrer, já estava a terminar e tinha passado o período do público, que era no início. Eram essas as regras e algo que ali nunca foi feito era alguma discriminação, nem qualquer cidadão ali foi maltratado. Nunca foi feita nenhuma discriminação em relação ao número de anos que as pessoas moravam na zona. -----

----- O que foi respondido e as atas tinham isso escrito, uma vez que havia ali pessoas que não estiveram nessas reuniões e não tiveram oportunidade de ler essas atas, foi questionado aos Membros do Executivo se costumavam andar a pé pelas ruas da Freguesia, se conheciam as ruas da Freguesia, se sabiam que havia pessoas na Freguesia que andavam de bengala. Era uma forma também ofensiva de se dirigir aos eleitos, não só porque eram eleitos e morassem há pouco ou muito tempo na Freguesia tinham a obrigação de conhecer o território e a população da Freguesia, como era também ofensivo dizer isso a pessoas que moravam ali há muitas décadas. Era bom não deturparem aquilo que era dito. -----

----- Lembra-se que numa das vezes que lhe foi perguntado a si diretamente se sabia que havia muitos idosos de bengala na Freguesia até tinha o seu pai em casa quase acamado por ter caído precisamente numa rua da Freguesia. Portanto, às vezes quando diziam as coisas precisavam ver a forma como as diziam a quem estava do outro lado. Pedia desculpa à Senhora Presidente da Assembleia, mas não ficava bem consigo se não dissesse isso. -

----- Em relação à questão da pedonalização da Rua e Travessa dos Mastros, foram apresentadas duas petições, uma apresentada pela Senhora Ksenia e outra apresentada por moradores... agradecia a correção, mas foram apresentadas duas petições na Assembleia Municipal e uma em que as assinaturas até foram recolhidas através da internet, outra em que as assinaturas foram recolhidas porta a porta e que tiveram mil assinaturas, aliás, mais de mil moradores que assinaram uma petição a dizer que não queriam a pedonalização da Rua dos Mastros porque precisavam daquela rua para o trânsito atravessar, porque precisavam que a carreira de bairro que servia a população idosa da Freguesia atravessasse, mas da mesma forma que disseram que a Travessa dos Mastros não tinha problema nenhum em ser pedonalizada e se estavam lá os carros estacionados ilegalmente isso não era responsabilidade da Junta de Freguesia. Não era a Junta de Freguesia que tinha responsabilidades na gestão de trânsito, não era a Junta de Freguesia que autuava os carros estacionados ilegalmente. -----

----- A Junta de Freguesia tinha como obrigação defender os seus moradores, acima de tudo procurar fazer os equilíbrios necessários. Era isso que tinha sido feito, mas fizeram-se ali acusações à Junta de não defender os seus moradores, de não defender a diminuição de carros. A Junta de Freguesia defendeu o projeto de emissões reduzidas e com muita pena não foi implementado, que reduzia precisamente a circulação de carros dentro da Freguesia, mas da mesma maneira que defendia isso também defendia o aumento do número de lugares de estacionamento para residentes.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata da sessão ordinária realizada em 19 de dezembro de 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Disse que tinham vários documentos, alguns votos de pesar... -----

----- **Membro Duarte Vasconcellos (CDS-PP)** referiu que normalmente faziam questões ao Executivo, tal como o público fazia, antes de se votarem coisas, falavam assuntos da Freguesia. Não conhecia nenhuma alteração, às tantas alteraram as regras do jogo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** explicou que era um hábito na Assembleia Municipal. Os outros votos eram de outro caráter, mas os votos de pesar normalmente avançavam.-----

----- **Membro Duarte Vasconcellos (CDS-PP)** disse para avançarem com os votos de pesar. Deviam ser todos mais ou menos parecidos e sobre a mesma pessoa. -----

----- **O Segundo Secretário da Mesa** apresentou os seguintes documentos:-----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- *Pelo falecimento de Papa Francisco* -----

----- *Papa Francisco faleceu no passado dia 21 de abril de 2025, na Cidade de Vaticano.* -----

----- *Jorge Mario Bergoglio, nascido a 17 de dezembro de 1936, nascido e criado no bairro de Flores, em Buenos Aires, na Argentina, foi o 266.º Papa da Igreja Católica, Bispo de Roma e Soberano da Cidade do Vaticano desde 13 de março de 2013 até à data da sua morte.* -----

----- *Foi o primeiro Bispo de Roma a ser membro da Companhia de Jesus (Jesuítas), o primeiro das américas, o primeiro do Hemisfério Sul e o primeiro pontífice não europeu em mais de 1 200 anos. Jorge Mario Bergoglio foi também o primeiro Papa a utilizar o nome de Francisco, inspirado em Francisco de Assis e, como referiu, à "sua simplicidade e dedicação aos pobres".* -----

----- *Tornou-se arcebispo de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e foi elevado ao cardinalato em 21 de fevereiro de 2001 — véspera da festa da Cátedra de São Pedro — com o título de Cardeal-presbítero de São Roberto Belarmino, por São João Paulo II. Foi eleito Papa em 13 de março de 2013.* -----

----- *Filho de Mario Giuseppe Bergoglio Vasallo e de Regina Maria Sivori Gogna, Jorge Bergoglio ingressou no noviciado da Companhia de Jesus em março de 1958. Fez o juniorado em Santiago, Chile. Graduou-se em Filosofia em 1960, na Universidade Católica de Buenos Aires. Entre os anos 1964 e 1966, ensinou Literatura e Psicologia, no Colégio Imaculada, na Província de Santa Fé, e no Colégio do Salvador, em Buenos Aires.*

Graduou-se em Teologia em 1969. Recebeu a ordenação presbiteral no dia 13 de dezembro de 1969, pelas mãos de Dom Ramón José Castellano. Emitiu seus últimos votos na Companhia de Jesus em 1973, ano em que foi nomeado Mestre de Novícios, no Seminário da Villa Barilari, em San Miguel. No mesmo ano foi eleito superior provincial dos jesuítas, na Argentina. Mais tarde, em 1980, após o período do provincialato, retornou a San Miguel, para ensinar em uma escola dos jesuítas. -----

----- No período de 1980 a 1986 foi reitor da Faculdade de Filosofia e Teologia de San Miguel. Após o seu doutorado na Alemanha, foi confessor e diretor espiritual em Córdoba. -----

----- Em 20 de maio de 1992, o Papa João Paulo II o nomeou bispo auxiliar de Buenos Aires. Em 3 de junho de 1997, foi nomeado arcebispo coadjutor de Buenos Aires. Tornou-se arcebispo metropolitano de Buenos Aires no dia 28 de fevereiro de 1998. -----

----- Foi criado cardeal no Consistório Ordinário Público de 2001, acontecimento presidido pelo Papa João Paulo II, recebendo o título de cardeal-presbítero de São Roberto Belarmino. Quando foi nomeado, convenceu centenas de argentinos a não viajarem para Roma, pedindo que em vez de irem ao Vaticano celebrar a sua nomeação, dessem o dinheiro da viagem aos pobres. -----

----- Ao longo de sua vida, o Papa Francisco destacou-se pelo combate à pobreza, pela promoção do papel das mulheres na sociedade e na própria Igreja, pela defesa dos mais excluídos, pela igualdade e pela humildade, como releva a frase que proferiu referindo que: "O único momento em que é lícito olhar uma pessoa de cima para baixo é quando queremos ajudá-la a levantar-se". -----

----- O diálogo inter-religioso, os constantes apelos à paz e o apelo às principais causas do século XXI e à participação dos jovens na construção de uma sociedade mais justa estiveram sempre presentes na vida de Papa Francisco. -----

----- A Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023 (JMJ 2023) constituiu um marco importante que irá perdurar em milhões de pessoas de todo o mundo, muito em particular nos portugueses. A JMJ realizada em Lisboa e em Loures revelou-se um evento extremamente relevante para Portugal do ponto de vista económico e reputacional, tendo fortalecido e impulsionando consideravelmente a "marca Portugal" a nível internacional e fomentando um forte espírito reformista, nomeadamente em termos ambientais e urbanísticos nos territórios de Lisboa e de Loures. -----

----- Importa salientar o contributo inextinguível e importante que a Junta de Freguesia da Misericórdia conferiu para o sucesso da JMJ 2023 enquanto evento de incremento e desenvolvimento sociocultural, económico e de requalificação e valorização da cidade de Lisboa e promoção do país. -----

----- A sua personalidade e a vontade de ter uma Igreja aberta a TODOS, TODOS, TODOS (como afirmou durante a JMJ 2023) estiveram sempre presentes ao longo do pontificado de Francisco, o que lhe permitiu conquistar a admiração, simpatia e respeito de todos. -----

----- O falecimento do Papa Francisco constitui um acontecimento nefasto e uma perda irreparável não apenas para o universo católico como para a humanidade, que deixa, assim, de contar com uma personalidade notável e um exemplo admirável que a todos deve inspirar. -----

----- A Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia e os eleitos pelo Partido Socialista propõem que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida na sua 14ª Sessão Ordinária, delibere o seguinte: -----

----- 1. Manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento do Papa Francisco ao Estado da Cidade do Vaticano; -----

----- 2. Endereçar o presente Voto de Pesar ao Patriarcado de Lisboa; -----

----- 3. Divulgar o presente Voto de Pesar através dos meios de comunicação oficiais dos órgãos da Freguesia da Misericórdia; -----

----- 4. Realizar um minuto de silêncio na presente sessão como forma simbólica de manifestar o pesar pelo falecimento do Papa Francisco. -----

----- Lisboa, 30 de abril de 2025 ----- "

----- Voto de Pesar -----

"----- Pelo falecimento do Santo Padre, Papa Francisco (1936-2025) o líder da simplicidade que a Igreja foi buscar "quase ao fim do mundo" -----

----- Nascido Jorge Mario Bergoglio, em Buenos Aires, na Argentina, o Papa Francisco tornou-se uma das figuras mais marcantes do nosso tempo. Religioso jesuíta, homem de oração silenciosa e de ação firme, soube conjugar a espiritualidade profunda com um olhar atento sobre as realidades mais duras e esquecidas da condição humana. A sua vida foi, desde cedo, marcada pela entrega ao próximo, pela escuta dos mais pobres e pela opção constante pelos que vivem nas margens da sociedade. -----

----- Eleito Sumo Pontífice a 13 de março de 2013, foi o primeiro papa do continente americano, o primeiro pontífice do hemisfério sul, o primeiro chefe da Igreja Católica não europeu desde há mais de 1.200 anos e também o primeiro jesuíta a assumir as funções no Vaticano. Foi também, o primeiro papa a escolher o nome de Francisco — inspirado por São Francisco de Assis — como sinal claro de um pontificado que haveria de ser moldado pela simplicidade evangélica, pela humildade e despojamento e pelo compromisso com os pobres. Com esse gesto, Francisco deu desde logo a conhecer a missão que o movia: edificar uma Igreja pobre para os pobres, mais próxima, mais humana, mais misericordiosa. -----

----- Ao longo do seu pontificado, o Papa Francisco distinguiu-se pela palavra firme, mas sempre marcada pela ternura e compaixão; pela sua extraordinária capacidade de comunicar; pela sua atenção aos mais esquecidos, aos migrantes, aos idosos, aos jovens sem rumo, às vítimas da guerra e da injustiça social. Nunca procurou os holofotes do poder nem se deixou prender aos protocolos da grandiosidade. Preferiu os pequenos gestos, os encontros pessoais, os apertos de mão comovidos e os abraços discretos mas cheios de fé. Tantas vezes quebrou protocolos para se aproximar dos fiéis, abraçando pessoas doentes, crianças e pessoas marginalizadas. -----

----- Francisco foi, para muitos, mais do que um líder espiritual — foi sinal visível da presença de Deus no meio dos homens. Um sinal de que a fé autêntica não se impõe, mas propõe-se; não se isola, mas envolve-se; não condena, mas acolhe e perdoa. Foi o Papa da misericórdia e da esperança. Um homem que acreditava que a ternura podia mudar o mundo, e que nunca deixou de pedir: "Rezem por mim." -----

----- Francisco trouxe uma nova abordagem pastoral e espiritual que, ao longo dos anos, redefiniu o papel da Igreja no mundo contemporâneo. Enfrentou, com coragem, os desafios internos da Igreja, incluindo escândalos de abusos sexuais e a necessidade de

reforma da Cúria Romana. Criou comissões para a proteção de menores, promoveu a responsabilização de autoridades e aprovou leis mais rígidas contra o abuso. Ainda que criticado por alguns por não ter ido "longe o suficiente", o seu pontificado representa um avanço importante na tentativa de erradicar a cultura do silêncio e da impunidade dentro da Igreja. -----

----- Foi pela sua mão, ainda, que a presença de mulheres foi fortalecida no Vaticano, não só aumentando o seu número de entre o total de funcionários, mas nomeando-as para cargos inéditos e concedendo-lhes o direito de voto em reuniões globais de bispos. -----

----- Portugal recebeu-o no Santuário de Fátima, em maio de 2017, para as celebrações do Centenário das Aparições de Fátima, onde canonizou os pastorinhos Jacinta e Francisco Marto. Seis anos mais tarde, em agosto de 2023, Lisboa teve o privilégio de o acolher para a Jornada Mundial da Juventude — aquele que foi, talvez, o momento mais marcante do seu pontificado para os fiéis portugueses. O Santo Padre veio ao encontro de milhões de jovens de todos os cantos do mundo, falando-lhes como pai, como amigo, como irmão na fé. Com a sua voz serena, com o seu sorriso sincero e com doçura no olhar, exortou-os a "levantarem-se", a não temerem, a acreditarem num mundo mais justo, mais solidário, mais fraterno. Tocou corações com a leveza de quem vive segundo o Evangelho e com a força de quem carrega a cruz do seu povo. -----

----- A memória das suas palavras e dos seus gestos permanecerá para sempre gravada na alma do povo português. Nas ruas de Lisboa, nos olhares dos jovens, nas lágrimas dos que o escutaram, ficou o rasto luminoso e inspirador da sua passagem entre nós. -----

----- A sua partida deixa agora um vazio imenso no coração da Igreja e da humanidade. Recordamo-lo como o Papa dos gestos simples, das palavras autênticas, dos silêncios cheios de oração e do sorriso contagiante. Com ele aprendemos que "é possível rir de Deus" e que "o riso do humor nunca é contra alguém, mas é sempre inclusivo, proativo, desperta abertura, simpatia e empatia". -----

----- Francisco pode não ter mudado toda a doutrina, mas certamente mudou o tom, a abordagem e a atitude da Igreja perante o mundo. O seu legado é de esperança, de escuta, de misericórdia. Um chamado contínuo à conversão — não apenas dos fiéis, mas da própria instituição. Em tempos incertos, Francisco permanece como farol de compaixão e coragem profética. -----

----- Descansa em Paz, Santo Padre. -----

----- Fica connosco a tua luz. -----

----- Assim, propõem os eleitos do CDS-PP que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de Abril de 2025: -----

----- 1. Manifeste o seu mais profundo pesar e guarde um minuto de silêncio pelo falecimento do Santo Padre, Papa Francisco, Líder da Igreja Católica, homem de uma fé inabalável, mensageiro incansável da paz e verdadeiro apóstolo da esperança. -----

----- 2. Envie o presente voto à Nunciatura Apostólica em Lisboa. -----

----- Lisboa, 30 de Abril de 2025 -----

----- Pelos eleitos do CDS-PP, Duarte Nuno Vasconcellos ----- ”

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Voto de Pesar “Pelo falecimento de Papa Francisco”, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento do Santo Padre, Papa Francisco (1936-2025) o líder da simplicidade que a Igreja foi buscar “quase ao fim do mundo”,** apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **Membro Duarte Vasconcellos (CDS-PP)** disse que o voto do CDS na parte das propostas, no número 5 gostaria que onde se dizia “centrais sindicais CGTP e UGT...” o resto fosse retirado. O voto foi feito em conjunto com outras entidades e essa parte final gostaria de retirar. Era só essa nota que queria deixar em relação ao voto, tudo o resto mantinha-se. -----

----- A Senhora Presidente já lhe tinha dito que podia não ser a sua última, mas achava que era a sua última intervenção na Assembleia de Freguesia. Poderia eventualmente não ser, porque achava que em setembro já não existisse reunião e tendo em conta o período eleitoral, mas se houvesse estaria lá para isso. -----

----- Queria chamar à atenção das ervas/árvores que cresciam e a Senhora Presidente já sabia que nessa altura do ano ia sempre falar nesse assunto. Nessa manhã com a chuva tinha assistido a duas situações, uma na sua rua, na Travessa do Cabral uma senhora a escorregar por causa da chuva e do verde que lá estava, magoou-se de forma séria. Depois tinha assistido ao mesmo na Rua das Chagas, poucos minutos a seguir. -----

----- Sabia que não era fácil, sabia que não tinham o número de efetivos que deveriam ter para a questão da higiene urbana. Já falaram sobre esse assunto várias vezes, até porque não deixava de ter a noção que os valores eram os mesmos e os mesmos não pagavam o número de pessoas que antigamente tinham a nível de ordenados. Portanto, esse ajuste tinha que ser feito, mas havia zonas da Freguesia onde tinham ervas do tamanho ou mais altas que uma pessoa e era um perigo, até porque com as chuvas já fora de tempo as pessoas estavam com menos cuidado, já estavam à espera de ter bom tempo. Continuando esse tipo de situação que podia provocar acidentes poderiam depois incorrer em outros custos, como sabiam, tanto para a Freguesia como eventualmente até para a Câmara, mas para a Junta de Freguesia porque estavam a falar de passeios. -----

----- Queria levantar essa questão, que era recorrente e era bom que não acontecesse, que as ervas fossem limpas com melhor tempo e não esperar para quase estarem em cima dos Santos Populares e elas serem limpas. -----

----- Aproveitava para alertar a Junta que a questão do mau estacionamento foi ali falada e era uma coisa que se verificava em toda a Freguesia. Não sabia até que ponto a Junta de Freguesia não devia constituir-se como um elemento proativo no sentido de- por um lado, nas zonas de acesso a todos, promover maior fiscalização de quem tinha que o fazer sobre o próprio estacionamento e o mau estacionamento existente. -----

----- Sabia que estava a falar contra eventualmente quem estava na Câmara e podia parecer estranho, mas não era só haver fiscalização nos primeiros dias para ver os tuk-tuk e depois ia embora, continuando a acontecer o caos do mau estacionamento dos tuk-tuk, mas eram também os carros que ficavam mal-estacionados. -----

----- Onde pensava que a Junta podia ter uma intervenção mais ativa era dentro das zonas dos bairros que estavam fechados, porque estava dentro do Bairro da Bica e havia imensos carros em segunda fila, muitas vezes carros que nem eram da Freguesia, porque estavam

supostamente a fazer obras. Muitas das vezes nem sabiam se aqueles carros tinham autorização para lá estar o dia inteiro, muitas vezes estavam a bloquear acesso. Falava da sua rua em particular porque se chegasse um carro de emergência para ir à Calçada da Bica Grande não tinha como, porque havia carros até à ponta e muitas vezes não eram carros de moradores, eram carros de obras e pedindo para tirarem o carro não só eram malcriados como tratavam mal os moradores.

----- Isso acontecia não só na sua travessa, mas nas outras travessa da Bica. Acreditava que essa situação não fosse exclusiva da Bica e aconteceria de forma idêntica também no Bairro Alto. Portanto, nas zonas em que a circulação estava condicionada, perguntava se a Junta de Freguesia não conseguia ter um papel mais ativo para que a fiscalização fosse feita. Sabia que ela devia ser feita pela EMEL, mas a verdade era que a EMEL nunca lá ia e se como cidadãos queriam contactar alguém não conseguiam. A EMEL não era contactável, a Polícia Municipal dizia que era a EMEL quem tinha que tratar e ficavam como cidadãos nas mãos de ninguém. -----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que queria colocar duas questões e uma era sobre... o ponto 4 e o ponto 5 para assim poderem gerar consensos. -----

----- **Membro Simão Godinho (PS)** disse que queria só fazer duas perguntas sobre um tema que para si tinha sido recorrente e que dependia da Câmara, mas gostava sempre de saber qual era o ponto de situação, se havia alguma novidade em relação à recuperação dos bustos do miradouro de São Pedro de Alcântara. Era um tema que já ia de muitos anos e sabia que a Câmara tinha na altura um plano para trabalhar com os alunos da Faculdade de Belas Artes no sentido de refazer os bustos que tinham sido roubados. Se o Executivo saberia em que ponto estava essa situação. -----

----- Em relação à tempestade que aconteceu, houve uma série de árvores que caíram, duas em particular no Príncipe Real que davam imensa sombra e especialmente para as pessoas que queriam descansar numa zona de mesas. Agora estava completamente exposta ao sol e gostaria de saber, visto que era competência da Junta, se havia algum plano para replantar ali alguma árvore.

----- Gostaria de deixar uma nota em relação ao momento que viveram na segunda-feira, que foi para si um dia muito especial porque restaurou um pouco a sua confiança na humanidade. Foi uma coisa que nunca tinha vivido, que era viver sem eletricidade, mas testemunhara um verdadeiro espírito de entajuda, um espírito comunitário no Bairro Alto que não sabia que ainda existia, com as pessoas a ajudarem-se umas às outras, a cederem o seu fogão a gás para os seus vizinhos, os estabelecimentos a deixarem que as pessoas, mesmo não as conhecendo, pagassem noutro dia se não tivessem dinheiro. -----

----- Queria deixar só essa nota, que tinha ficado de coração cheio nesse dia. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação à questão das ervas a Junta de Freguesia contratualizou um reforço da deservagem. Felizmente que nesse ano choveu muito, a parte má era que as ervas também foram muito regadas e cresceram com muita força. Era bom, mas agora tinham que arcar com as consequências dessa benção de toda a chuva que caiu e além da deservagem que faziam com os recursos humanos da Junta de Freguesia, além do contrato de deservagem normal que já tinham, fizeram um reforço do contrato que já estava em vigor desde o início da semana. Tinham nesse momento duas equipas em permanência na Freguesia a fazer a deservagem e nos próximos dias, muito

antes dos Santos Populares, as ervas seriam todas tiradas.-----

----- A Junta de Freguesia, desde a sua constituição, nunca usou produtos químicos. Foi algo que decidiram, o que significava que as ervas eram cortadas e cresciam, não havia produtos químicos que impedissem as ervas de crescer. Sempre significou um esforço adicional por parte do corte de ervas. -----

----- Podiam descansar a Assembleia e o público, que de facto reforçaram o contrato de deservagem precisamente para fazer face a esse maior crescimento das ervas e muito antes dos Santos Populares contavam ter a Freguesia toda limpa. Claro que quando chegassem ao fim já tinham ervas a crescer do outro lado e tinham que lá ir. -----

----- Quanto à questão do mau estacionamento, a Junta de Freguesia denunciava insistentemente as situações de estacionamento indevido. A Travessa dos Mestros era um claro exemplo disso e de facto era preciso haver mais fiscalização dentro dos bairros. A sensibilização era importante, mas não chegava, não eram uma autoridade e ao falar com os tuk-tuk também já várias vezes disseram “não é polícia, não venha cá dizer se a gente não pode entrar numa rua”.

----- Era preciso ter polícia fardada nas Freguesias a bloquear os carros. Tinham zonas exclusivas de moradores, várias ruas que eram zonas 30, em que infelizmente ainda não havia fiscalização à noite e ao fim de semana, mas havia durante o dia e quando a EMEL ia com os bloqueadores um carro estacionado indevidamente não voltava a estacionar naquela rua. Por muito que não gostassem, ninguém gostava de ver carros multados e muito menos bloqueados, mas era o que resultava. Podiam sensibilizar, podiam apelar, mas era preciso haver uma fiscalização redobrada. -----

----- Um parêntesis a propósito da intervenção de há pouco, se tivessem implementado a ZER muitos dos carros que não eram dali e estacionavam ilegalmente não conseguiam sequer entrar e haveria muito menos carros de fora. Teriam certamente alguns problemas, mas também teriam a situação bastante melhor. -----

----- Sobre os bustos de São Pedro de Alcântara não tinha nenhuma informação. Achava que futuramente teria que ser feito um projeto novo, mas desconhecia. -----

----- Quanto às árvores que caíram no Príncipe Real e noutros sítios da Freguesia, naturalmente que iria ser feita a reposição. Havia sempre um esforço de comprar árvores o mais adultas possível, porque uma árvore nova demorava muitos anos a fazer sombra e procuravam sempre, na medida do possível, comprar árvores adultas. No Príncipe Real teria que acontecer em algumas situações depois das obras no parque infantil, teriam uma grande remodelação do parque infantil, um novo com quase o triplo do espaço e as obras seriam todas feitas em sintonia.

----- O momento de segunda-feira era um momento que ficava, não tiveram incidentes na Freguesia, houve um grande espírito de entreaajuda. Aí fez um pouco lembrar aqueles alertas que davam quando havia os terramotos e que não davam muita importância nas primeiras horas. Por motivos da sua vida pessoal ia a caminho da Freguesia e demorara três horas a chegar, passando pela experiência de fazer a viagem entre o Campo Grande a zona do Largo de São Mamede toda sem sinais de trânsito e sem polícias. Atravessar o Marquês de Pombal ou a Avenida da República sem sinais de trânsito e sem um único PSP ou Polícia Municipal era de facto uma experiência e não houve acidentes de trânsito, todos a respeitarem e um grande espírito de cidadania. -----

----- Queria deixar esse testemunho, não só pelo que tinha vivenciado na Freguesia assim que chegara e dos contactos telefónicos que conseguiu fazer enquanto ainda tinha rede, como também aquilo que vivenciara na sua vida privada porque não sabia que ia haver um apagão às onze e meia da manhã. Estava dentro do carro quando isso aconteceu e tinha seguido *in loco* a situação. Deviam tirar todos muitas lições daquilo que aconteceu, tanto a nível particular como a nível autárquico. -----

----- O Primeiro Secretário da Mesa apresentou os seguintes documentos: -----

----- Voto de Saudação -----

“----- Pelo 25 de Abril e 1º de Maio -----

----- Cumpridos 51 anos sobre o dia 25 de Abril, aquele que foi "O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo", como nos descreveu Sophia de Mello Breyner, continuam a existir motivos para assinalar o dia que pôs termo à ditadura e ao regime autoritário e fascista que assolou Portugal durante 48 anos. -----

----- Nos tempos que correm, os valores da Democracia, da Liberdade, da Igualdade e da Justiça continuam a precisar de serem vigiados e defendidos face às ameaças latentes e certos movimentos que proliferam em variados quadrantes e latitudes, incluindo em Portugal. -----

----- A História contemporânea ensina-nos que não há valores nem direitos verdadeiramente adquiridos perpetuamente, pelo que se exige que o nosso regime democrático e o Estado de Direito devam continuar a ser defendidos por parte de todos os democratas. -----

----- Assinalar o "25 de Abril" em 2025 assume, por isso, particular importância para que todos os cidadãos e cidadãs vejam cumpridos os valores que Abril e as gerações atuais e futuras possam aspirar a um futuro promissor. -----

----- Também o 1º de Maio - Dia do Trabalhador reveste-se de particular relevância ao afirmar-se como a data que representa, não apenas os trabalhadores e trabalhadoras, mas a defesa e promoção dos direitos sociais, do progresso e de um país mais justo, coeso e desenvolvido. -----

----- Temos de prosseguir o rumo que traçámos em Abril de 1974 e consolidar as conquistas e avanços alcançados no último meio século em Portugal em diversos domínios, por forma a alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento, qualidade de vida e bem-estar para todos com o objetivo de construirmos uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e coesa. -----

----- Pelos motivos expostos, os eleitos pelo Partido Socialista propõem que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida na 14ª Sessão Ordinária, a 30 de abril de 2025, delibere o seguinte: -----

----- 1. Saudar o "25 de Abril de 1974" e enaltecer os valores fundadores do Estado de Direito Democrático em Portugal; -----

----- 2. Saudar o 1º de Maio — Dia do Trabalhador, congratulando todos os trabalhadores e trabalhadoras, dedicando uma palavra de particular apreço e saudação aos trabalhadores da Freguesia da Misericórdia; -----

----- 3. Divulgar o presente Voto de Saudação através dos meios de comunicação institucionais próprios da Freguesia da Misericórdia e junto dos trabalhadores e trabalhadoras da Junta de Freguesia da Misericórdia. -----

----- Lisboa, 30 de abril de 2025----- " "

----- **Voto de Saudação** -----

"----- Aos 51 anos de democracia em Portugal e aos valores de Abril e Maio-----

----- O CDS-PP saúda os 51 anos que se vivem em democracia desde o 25 de Abril de 1974. -----

----- A cada ano, a data marcada no calendário como um feriado, deve servir para lembrar os valores intemporais que o 25 de Abril, primeiro, e o 25 de Novembro, depois, nos legaram. A data deve lembrar-nos que devemos conseguir identificar e combater todas as formas de injustiça, de corrupção, de segregação, de despotismo, de obscurantismo, e de luta, tanto na esfera pública como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva. -----

----- Foi Abril que permitiu o multipartidarismo, do qual nasceu o CDS — que brevemente fará, também, 51 anos —, e onde confluíram liberais, conservadores e democratas-cristãos que nesta longa caminhada sempre honraram as palavras, plenas de sentido e atualidade, que Adelino Amaro da Costa proferiu em 1976: «o CDS estará sempre empenhado em participar no diálogo necessário para a sobrevivência e consolidação da Democracia». -----

----- Foi Abril que restaurou os direitos civis e políticos; foi Abril que estabeleceu uma verdadeira separação de poderes; foi Abril que possibilitou a liberdade de imprensa e de opinião; e foi Abril que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte de 1975 onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais autoritarismos e, assim, se reafirmando a democracia e a liberdade em todos os atos eleitorais até à atualidade. -----

----- País fundador da OCDE e da NATO, foi com Abril que assistimos à contínua internacionalização de Portugal, desde a Comunidade Económica Europeia, à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, até à Zona Euro; e que se assistiu, também, à internacionalização económica através da indústria e do turismo. -----

----- Celebrar Abril é, para quem faz serviço público, como autarcas, num mandato conferido pelo povo, respeitar esses eleitores com redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, com humildade e pelo exemplo, a missão que nos foi confiada. -----

----- Celebrar Abril é defender, diariamente, a democracia dos perigos e desafios provocados pela permanente descredibilização do sistema político que leva à abstenção eleitoral e à desconfiança de vastos setores da população, impelindo-os para as propostas populistas e extremistas. -----

----- Nesta data, devemos recordar um Abril intemporal, um Abril sem donos, um Abril em que todos são livres de pensar e de se exprimir, sem censura, sem condenação, sem juízos de valor, sem medo de serem "cancelados" por bem-pensantes. Um Abril da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado, nem nunca estará. -----

----- Lembremos a coragem daqueles que, em Portugal, mantiveram viva a chama da luta laboral e que encheu as ruas no primeiro 1.º de Maio em liberdade, logo após o 25 de Abril de 1974 e que celebrou não só os direitos laborais, mas também a liberdade recém-conquistada. -----

----- Na próxima semana, comemoram-se 139 anos da greve geral de Chicago, e da coragem de milhares de homens e mulheres que enfrentaram a repressão e a injustiça

para exigir o que hoje nos parece óbvio: oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de vida pessoal e lazer.-----

----- Este é, também, o momento para recordar que um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. Aliás, num contexto global onde crises económicas e ambientais afetam as condições de vida de milhões, o 1.º de Maio recorda-nos que o progresso social depende do esforço coletivo e da capacidade de ouvir e atender às necessidades dos mais vulneráveis. -----

----- O 1.º de Maio é um dia inclusivo, que transcende fronteiras e setores. Não é apenas o dia dos trabalhadores no ativo que, diariamente, constroem sociedade. É um dia que pertence aos jovens que entram no mercado de trabalho, aos reformados que contribuíram durante toda a vida, e àqueles que, por diversas razões, enfrentam o desemprego ou a exclusão laboral.

----- A força simbólica do 1.º de Maio reside na sua capacidade de unir diferentes gerações e lutas num propósito comum: a dignidade do trabalho. O seu legado não deve ser encarado como uma herança estática, mas como um compromisso contínuo com os valores da justiça social, da igualdade e da solidariedade. -----

----- Como lembrava o Papa Francisco: «Nenhuma família sem trabalho, nenhum trabalho sem dignidade, nenhum trabalhador sem direitos.» Este deve ser o norte que orienta as políticas públicas, a ação sindical e o compromisso dos cidadãos. -----

----- Em nome da dignidade do trabalho e da justiça social, o 1.º de Maio deve continuar a ser uma data de memória ativa, de esperança renovada e de compromisso com uma sociedade verdadeiramente ao serviço da pessoa humana. -----

----- Mais do que nunca, num tempo de incertezas e mudanças profundas, o 1.º de Maio, tal como o Abril, é uma data para recordar que os direitos não são dados — são conquistados. E que a sua defesa exige vigilância, união e ação. -----

----- Celebremos, pois, Abril e Maio! -----

----- Assim, propõem os eleitos do CDS-PP que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de Abril de 2025, delibere: -----

----- 1. Saudar e celebrar os valores da Liberdade, da Democracia, da Tolerância e da Paz do 25 de Abril de 1974. -----

----- 2. Saudar e celebrar os valores da justiça social, da igualdade e da solidariedade intrínsecos ao 1.º de Maio. -----

----- 3. Saudar todos os autarcas, que desde as primeiras eleições autárquicas de 1976, tanto fizeram e continuam a fazer pelas suas populações. -----

----- 4. Dedicar a presente saudação a todos os trabalhadores que procuram a igualdade de oportunidades, melhores condições de trabalho e remunerações mais justas, assim como a todos aqueles que, em 25 de Abril de 1974, lutaram por um Portugal democrático e livre. -----

----- 5. Enviar o presente voto aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República; à Assembleia Municipal de Lisboa e respetivos Grupos Municipais; à Associação 25 de Abril; às Centrais Sindicais CGTP e UGT. -----

----- Lisboa, 30 de Abril de 2025 -----

----- Os eleitos do CDS-PP ----- ”

Moção

----- No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático -----

----- O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam — a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. -----

----- Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efectivo de mudar o rumo do seu País. -----

----- E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. -----

----- Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em ruptura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão. -----

----- Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. -----

----- Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. -----

----- Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. -----

----- Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas. -----

----- Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. -----

----- Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. -----

----- Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. -----

----- Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade. -----

----- Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. -----

----- O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. -----

----- A Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida a 30 de Abril de 2025, delibera: -----

----- 1 Saudar o 51º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----

----- 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 51 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local; -----

----- 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; -----

----- 4 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade. -----

----- Os eleitos da CDU, José Diniz e Ana Sara Pinto ----- "

----- **Membro Simão Godinho (PS)** disse que a moção do CDS estava muito bem feita, bem construída, mas logo no início existia uma equiparação que constituía um erro histórico, uma equiparação do 25 de Abril ao 25 de Novembro que não fazia qualquer sentido. Não sabia que valores do 25 de Novembro foram legados, mas os valores do 25 de Abril sabia, os valores da igualdade, da solidariedade, da democracia, da autodeterminação dos povos. Não conhecia valores do 25 de Novembro, aquilo foi mais um passo do processo revolucionário que conduziu às primeiras eleições livres em democracia. -----

----- Portanto, apenas por causa dessa referência, dessa equiparação que era uma injustiça histórica, uma inverdade histórica, concordando que o resto da moção estava muito bem feita, o PS iria abster na moção. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que, em relação à moção do CDS, não havia ninguém que estivesse mais contra privilegiar o 25 de Novembro sobre o 25 de Abril, mas tinha vivido e sabia o que era o 25 de Abril e não teria havido outras datas se não tivesse havido o 25 de Abril. O que se passava era que desta vez lhe parecia que o CDS teve algum cuidado, porque quando votavam a moção era a parte deliberativa e não os considerandos e na parte deliberativa estavam apenas os valores do 25 de Abril. -----

----- Falava à vontade porque tinha falado sempre contra as moções do CDS quando tentava sobrevalorizar o 25 de Novembro, para si foi uma correção que houve e que foi reposto o programa do 25 de Abril, assim como houve em 11 de março e 28 de setembro. Para si isso era secundário, o grande dia que tinha vivido na sua vida foi o 25 de Abril, uma coisa extraordinária. -----

----- Pensava que o CDS teve um cuidado na parte deliberativa em só focar o 25 de Abril e por isso não iria abster, nesse caso ia votar a favor da moção do CDS-PP. No PS costumava haver liberdade de voto e, portanto, assim como muitas vezes tinha votado contra as moções que o CDS apresentava equiparando na parte deliberativa alguma coisa ao 25 de Abril, tinha vivido antes e aquele dia para si era inesquecível e tudo o que se seguiu. Portanto, foram visões diferentes, foram correções e votaria a favor porque na parte deliberativa não tinha isso. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Pelo 25 de Abril e 1º de Maio”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “Aos 51 anos de democracia em Portugal e aos valores de Abril e Maio”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (3PS, CDS-PP, PCP e PSD), 1 voto contra (BE) e 3 abstenções (PS) -----

----- Submeteu à votação a **Moção “No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, PCP e BE), 2 votos contra (1CDS-PP e PSD) e 1 abstenção (CDS-PP) -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta, e da situação financeira da Freguesia;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não faria uma apresentação exaustiva, mas não podia deixar de referir duas coisas e uma delas já tinha falado, o reforço ao nível das obras nos parques infantis, outra era sobre as obras que tinham feito ao nível dos passeios. Esse assunto foi levado ali no período do público e queria sublinhar a quantidade de obras, tanto através de CDCs como com verbas próprias da Junta que estavam a utilizar para tornar os passeios mais confortáveis. -----

----- Foi referida a zona da Rua dos Mastros, nas zonas envolventes existiam nove ruas que não tinham trânsito e houve um esforço para tornar essas ruas mais confortáveis, torná-las com melhores condições para o peão. Isso para dizer que criar condições pedonais para a população, nomeadamente a mais idosa, era uma prioridade do Executivo e por isso, a

título de exemplo, estavam a reabilitar os passeios da Rua do Século, apesar dessa rua precisar de uma obra profunda a nível da estrada e a nível do sistema de esgotos. Enquanto aguardavam por essa obra, o que acontecia era que os passeios estavam cada vez mais escorregadios e as pessoas caíam, nomeadamente pessoas idosas, tendo a Junta de Freguesia decidido fazer uma obra na totalidade dos passeios dessa rua e iria fazer nas outras ruas. Estavam a fazer um grande esforço de ir eliminando cada vez mais os passeios que tinham dificuldade para a população. -----

----- Dizer algo que certamente acompanharam nas redes sociais, mas era muito importante referir porque o trabalho dos autarcas também era isso, o desfibrilhador que tinham no Largo Camões foi um equipamento colocado pela Junta de Freguesia e colocaram também em algumas escolas. Num local público aquele era o único e esse equipamento salvou uma vida, houve uma pessoa que sobreviveu sem sequelas graças a existir ali aquele equipamento. -----

----- Queriam muito divulgar essa informação, estavam a fazer as ações de formação porque houve muitas pessoas que se dirigiram no sentido de solicitar formação para a utilização daqueles equipamentos. Abriram cursos de formação, alguns que já deram e outros que iam dar, era daqueles momentos em que sentiam fazer a diferença. Foi uma decisão ao nível local ter ali aquele equipamento. Queriam pôr em mais locais e era importante sublinhar isso porque no meio da espuma dos dias tinham efetivamente coisas importantes a acontecer, fazendo a diferença na vida de uma família. -----

----- **2. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas de 2024:**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que era o último relatório de contas do mandato e era com muito orgulho que apresentavam esse relatório, que tinha um saldo final de 3.596.000 euros, uma parte que teve a ver com as verbas que entraram no mês de dezembro e já com bastante atraso por parte da Câmara, não tendo sido possível utilizar essa verba e passava para o ano 2025, mas outra parte era pela boa gestão que a Junta de Freguesia tinha feito. Não podia deixar de sublinhar isso, porque não era o que acontecia em todas as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa. -----

----- O resultado líquido do exercício de 2024 foi positivo no valor de 989.326 euros e teve um acréscimo de 665.854 euros. Portanto, teve um acréscimo de mais de 300%. O ativo teve um aumento de 12,30%, mais 537.320 euros do que no exercício anterior, o passivo teve uma diminuição de 452.005, cerca de 31,36%. Realçava o aumento do património líquido no valor de 989.326,84 euros. -----

----- As contas mais uma vez foram certificadas pelo ROC sem reservas e era com bastante orgulho que apresentava as últimas contas do mandato e as suas últimas enquanto Presidente da Junta. Era um enorme orgulho poder representar uma Junta que apresentava essas contas. -----

----- **Membro Simão Godinho (PS)** disse que queria congratular o Executivo por mais um ano com saúde financeira na Junta de Freguesia. Esse resultado líquido deixaria o próximo Executivo numa posição para poder fazer os investimentos que ainda faltavam, quem ganhasse decidiria o que queria fazer com todo esse saldo. Isso significava que havia espaço para criatividade na campanha eleitoral, para muitas ideias e, portanto, dava os parabéns à Junta de Freguesia. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas de 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PCP e BE) e 1 abstenção (PSD)-----

----- **3. Apreciação e votação da 1ª Alteração Orçamental de 2025:** -----

----- A Senhora Presidente da Junta disse que essa alteração era para integrarem o saldo da gerência anterior. Houve um esforço para reforçar o plano plurianual de investimentos e as despesas de capital, também as despesas correntes nas necessidades que existiam a nível do espaço público e higiene urbana. A questão do corte de ervas era uma necessidade que foi importante reforçar, não esquecendo a parte social, a educação, a cultura, desporto e juventude, todas as outras áreas que tinham, mas o saldo era sobretudo para reforçar a orgânica da higiene urbana e do espaço público.-----

----- **Membro André Soares (BE)** disse que devido ao excedente orçamental e o apagão que tiveram na segunda-feira se calhar era boa ideia terem um stock de rádio a pilhas com as pilhas carregadas, porque houve muita população idosa que não teve acesso a comunicação. Era tudo muito bonito, foram todos muito solidários e toda a gente se portou muito bem, mas tinham que proteger os moradores e era importante criarem redundâncias de comunicação e poderem equipar esses idosos que por vezes não tinham grandes recursos com um radinho a pilhas. -----

----- Por exemplo a sua mãe em Vila Nova de Gaia ficou sem luz às onze e meia e não se apercebeu que havia um apagão geral no país até à uma da tarde, porque ela tinha um rádio que funcionava a eletricidade e não tendo eletricidade não podia ouvir o éter da rádio e não sabia o que se passou. Também não adiantava nada porque o Governo não comunicou durante essa hora e ela não ia saber grande coisa, ainda ia entrar numa teoria de conspiração e pensar que tinha sido o Putin a sabotar o sistema elétrico nacional. Ainda bem que tudo acabou bem. -----

----- A Senhora Presidente da Junta disse que tinha começado a tratar disso no dia anterior porque não havia rádio e lanternas e estava a tentar adquirir umas que nem eram a pilhas, geriam-se automaticamente. Havia toda a razão naquilo que se estava a dizer e já começaram a pedir orçamentos para um kit de emergência, que era importante dar nomeadamente à população idosa, com rádio a pilhas, uma lanterna e uma série de indicações porque num momento de crise as lojas não vendiam, não aceitavam multibanco. -----

----- Poderem também sensibilizar para um terramoto, deviam tirar lições de tudo o que aconteceu. Aliás, dava um exemplo a nível da proteção civil da Câmara, que não havia comunicações e não conseguiu comunicar com as Juntas de Freguesia, os telemóveis não funcionavam. Os rádios que a Câmara colocou nas Juntas de Freguesia eram todos a eletricidade e numa situação de emergência ficaram todos sem comunicações. Aí estava um exemplo que ninguém pensou nisso, mas era fundamental que a Câmara adquirisse novos rádios e pusesse nas Juntas de Freguesia rádios a pilhas porque se houvesse um terramoto ficavam todos sem luz também e tinham que pensar na tal história que nas primeiras horas estavam entregues a si próprios.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1ª Alteração Orçamental de 2025**, tendo a Assembleia deliberado

aprovar, por maioria, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PCP e BE) e 1 abstenção (PSD) -----

----- Disse que já tinha falado com alguns, havia um ponto para ver se a Assembleia considerava. Tinha sido alertada não enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia e sim enquanto Presidente da primeira comissão de finanças da Assembleia Municipal com a urgência que a Câmara tinha para na comissão apreciarem a proposta de um contrato interadministrativo na área da higiene urbana e transferência de verba para as Juntas de Freguesia. Quando a contactaram por isso tinha pedido a proposta, que ainda ia a reunião de Câmara, mas já tinham analisado anteriormente e agora era o envio das verbas para as Juntas de Freguesia e a distribuição para o ano 2025. -----

----- Ainda iria ser aprovada em Câmara, mas para não estarem a fazer nova reunião da Assembleia de Freguesia só para ratificar podiam adiantar e por isso tinha enviado logo para a Presidente da Junta pedindo que distribuíssem. O que perguntava era se a Assembleia autorizava analisar e votar esse ponto extra, que só ficaria efetivo quando fosse aprovado também pela Câmara, mas adiantavam já. Eram verbas na área da higiene urbana, onde eram massacrados de dia e de noite e era importante terem verbas para ser possível contratar pessoal e dar bem-estar aos moradores e a quem visitava. -----

----- **Membro André Soares (BE)** disse que sabia qual era a ideia da Senhora Presidente, queria aprovar isso por causa do Europride em que iam ter muitas questões de higiene e achava bem deliberarem. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, após recolher o acordo de toda a Assembleia, submeteu à votação a **Proposta de celebração de contratos interadministrativos de apoios financeiros e respetiva minuta**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Referiu que ficava então aprovada a proposta com aquilo que constava na Câmara e foi apresentado à Assembleia Municipal como proposta nº 228/2025 no que se referia à Freguesia da Misericórdia, mas tinha os valores para as outras Freguesias da cidade. -----

----- A Freguesia da Misericórdia não era a que tinha mais, mas era das mais favorecidas em termos financeiros para compensar a “bagunça” que existia na Freguesia. Havia Freguesias que não tinham tantos problemas como a Misericórdia. -----

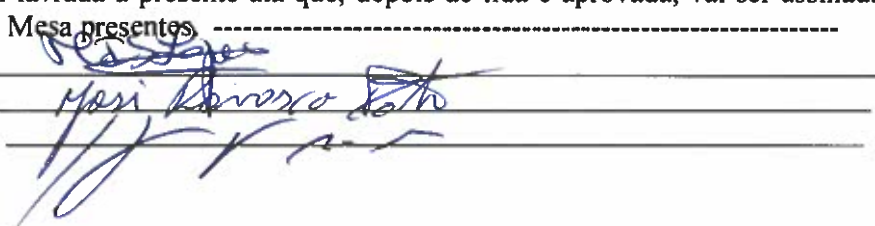
----- Esgotada a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e quarenta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

PRESIDENTE

1º.SECRETÁRIO

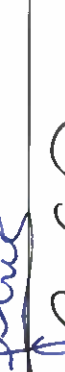
2º.SECRETÁRIO

Handwritten signatures in blue ink. The first signature is for the President, and the next two are for the 1st and 2nd Secretaries. The signatures are written over horizontal lines.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

LISTA DE PRESENCAS

30 de abril de 2025

Nome	Presente	Ausente	Substituído por	Assinatura
Irene Lopes	X			
Ricardo Rodrigues		X	José Romão Pato	
Águeda Polónio		X	Hernâni Ribeiro	
Eunice Gonçalves		X	M.ª Augusta Oliveira	
Simão Godinho	X			
Carlos Victor		X	U RBA SILVA	
Duarte Vasconcellos	X			
Ana Isabel Cotrim	X			
Luís Marques		X		
Nuno Coelho	X			
Ana Sara Pinto	X			
José Dinis	X			
André Soares	X			

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

LISTA DE PRESENCAS DO EXECUTIVO
Data da Reunião da AFM: 30 de abril de 2025

Nome	Presente	Ausente		Assinatura
Carla Madeira	X		Substituída por:	Carla Almeida
Carla Almeida	X			Carla Almeida
Domingos Alvarez		X		
Pedro Duarte		X		
Lúisa Rodrigues	X			Lúisa Rodrigues



16	14.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia
----	--

Editais 01/AFM/2025

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto nos artigos 11.º e 14.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 21.º e 24.º do Regimento da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, convoco **uma Reunião da 14.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia**, para o dia **30 de abril de 2025**, pelas **19h00**, na Sede da Freguesia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta, e da situação financeira da Freguesia;
- 2 Apreciação e Votação do Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas de 2024;
- 3 Apreciação e Votação da 1ª Revisão Orçamental de 2025;

Lisboa, em 21 de Abril de 2025,

A Presidente da AFM

-Irene Lopes

Nota: A Ordem de Trabalhos será precedida de um Período de "Intervenção do Público" e de um Período de "Antes da Ordem do Dia", de acordo com os artigos 35º e 36º do Regimento da Assembleia de Freguesia da Misericórdia.

Carla Arantes

De: Carla Ribeiro
Enviado: 29 de abril de 2025 14:26
Para: J.F. Misericórdia
Assunto: FW: AFM 30 de abril

Boa tarde

Para atribuir registo de entrada sff

Carla Ribeiro Francisco
Coordenadora Técnica
Secção de Gestão Administrativa
carla.ribeiro@jf-misericordia.pt



Pense bem antes de imprimir este e-mail.
Think before print this e-mail.

Largo Dr. António de Sousa de Macedo N.º 70
1200-153 Lisboa
Tel.: 21 392 98 03
www.jf-misericordia.pt



JUNTA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA
REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTO ENTRADA Nº 1237 ANO 2025

RECEBIDO POR Carla

DATA 29/04/2025 REMETIDO PARA SERVIÇO Executivo

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nela contidos ou anexados destinam-se a uso exclusivo do(s) destinatário(s) e poderá conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou legalmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais, a pessoa ou entidade a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679-PE/C de 2016/277) e demais legislação aplicável, devendo manter em total confidencialidade e segurança os dados pessoais transmitidos. A Junta de Freguesia da Misericórdia informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano, a utilização, cópia, retenção, reprodução, distribuição ou reencaminhamento dessa informação é expressamente proibida e deverá proceder à sua eliminação imediata, sob pena de sujeição às competentes sanções legais.

De: Eunice Gonçalves <eunicecostagoncalves@gmail.com>
Enviada: 29 de abril de 2025 13:55
Para: Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>
Cc: irenelopes@mail.telepac.pt
Assunto: Re: AFM 30 de abril

Atenção: ATENÇÃO: Este email teve origem fora da JF Misericórdia. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Exma Sra Presidente

Por necessidade de me ausentar de Lisboa a hora que decorre a Assembleia não poderei estar presente pelo que peço a minha substituição

Com os melhores cumprimentos

Eunice da Costa Gonçalves

TLM -+351 961014984

Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt> escreveu em qua., 23/04/2025 às 16:14 :

Exmas./os Senhoras/es

Carla Arantes

De: Carla Ribeiro
Enviado: 23 de abril de 2025 16:50
Para: J.F. Misericórdia
Assunto: FW: Convocatória Assembleia de Freguesia -Dia 30 de Abril de 2025

Boa tarde
Para atribuir registo de entrada sff
Obrigada

Carla Ribeiro Francisco
Coordenadora Técnica
Secção de Gestão Administrativa
carla.ribeiro@jf-misericordia.pt



Largo Dr. António de Sousa de Macedo N.º 7D
1200-153 Lisboa
Tel. 21 392 98 03
www.jf-misericordia.pt



Pense bem antes de imprimir este e-mail.
Think before print this e-mail.

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nela contidos ou anexados destinam-se a um ou a vários destinatários e poderão conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou legalmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais, a pessoa ou entidade a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679-PE/DO de 2016/27) e demais legislação aplicável, devendo manter em total confidencialidade e segurança os dados pessoais transmitidos. A Junta de Freguesia da Misericórdia Informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano, a utilização, cópia, retenção, reprodução, distribuição ou retransmissão de dados pessoais é expressamente proibida e deverá proceder à sua eliminação imediata, sob pena de sujeição às competentes sanções legais.

De: Águeda Maria Polónio (IGEC) <Agueda.polonio@igec.mec.pt>
Enviada: 23 de abril de 2025 16:41
Para: Irene Lopes <irene.lopes@jf-misericordia.pt>
Cc: Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>
Assunto: Convocatória Assembleia de Freguesia -Dia 30 de Abril de 2025

Atenção: ATENÇÃO: Este email teve origem fora da JF Misericórdia. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Boa tarde Dr^a Irene Lopes

Na sequência da convocatória da Assembleia de Freguesia agendada para o dia 30 de abril de 2025 às 19h00, informo que, por motivos pessoais não poderei estar presente na mesma.

Com os melhores cumprimentos

Águeda Polónio
Coordenadora Técnica
Direção de Serviços de Administração-Geral
Secção de Pessoal



Inspeção-Geral da Educação e Ciência
Av. 24 de Julho, n.º 136, 1350-346 Lisboa
Tel. 213924919
<https://www.dgae.medu.pt/ser-mais-professor>

Carla Arantes

De: Carla Ribeiro
Enviado: 29 de abril de 2025 10:35
Para: J.F. Misericórdia
Assunto: FW: AFM 30 de abril

Bom dia

Para atribuição de registo de entrada

Carla Ribeiro Francisco
Coordenadora Técnica
Secção de Gestão Administrativa
carla.ribeiro@jf-misericordia.pt

MISERICÓRDIA
JUNTA DE FREGUESIA



Pense bem antes de imprimir este e-mail.
Think before print this e-mail.

Largo Dr. António de Sousa de Macedo N.º 7D
1200-153 Lisboa
Tel. 21 392 98 03
www.jf-misericordia.pt



JUNTA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA
REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTO ENTRADA N.º 1132 ANO 2025

RECEBIDO POR Quase

DATA 29/04/2025 REMETIDO PARA SERVIÇO

Executivo

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nela contidos são anexados destinando-se a um exclusivo do(s) destinatário(s) e poderá conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou legalmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais, a pessoa ou entidade a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679-PE/C de 2016/27) e demais legislação aplicável, devendo manter em total confidencialidade e segurança os dados pessoais transmitidos. A Junta de Freguesia da Misericórdia informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano, a utilização, cópia, retenção, reprodução, distribuição ou retransmissão dessa informação é expressamente proibida e deverá proceder à sua eliminação imediata, sob pena de sujeição às competentes sanções legais.

De: Ricardo Pedrinha Rodrigues <pedrinha.ricardo@gmail.com>
Enviada: 29 de abril de 2025 10:32
Para: Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>
Cc: irenelopes@mail.telepac.pt
Assunto: Re: AFM 30 de abril

Atenção: ATENÇÃO: Este email teve origem fora da JF Misericórdia. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Caros,
Solicito a minha substituição para a assembleia de amanhã, tenho a Sara em casa doente, e grávida, portanto tenho de ficar a cuidar dela e do meu filho.

Melhores Cumprimentos,
Ricardo Rodrigues

Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt> escreveu (quarta, 23/04/2025 à(s) 16:14):

Exmas./os Senhoras/es

Eleitas/os da Assembleia de Freguesia da Misericórdia.

Incumbe-me a Exma. Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, Dra. Irene Lopes, de remeter a V/ Exas. a Convocatória da 14.ª Sessão Ordinária da AFM, que terá lugar no

Carla Ribeiro

De: carlosmvictor@gmail.com
Enviado: 30 de abril de 2025 12:08
Para: Carla Ribeiro
Assunto: Re: AFM 30 de abril

Atenção: ATENÇÃO: Este email teve origem fora da JF Misericórdia. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Por motivos familiares (devido a ter de ter hoje disponibilidade para recolher o meu filho hoje no colégio Minerva, do Barreiro, ao final do dia até às 19h30), agradeço a minha substituição na Sessão Ordinária da AFM que tem lugar hoje dia 30/abril, na sede da Freguesia da Misericórdia, pedindo desde já a Todos desculpa pelos transtornos causados.

Melhores Cumprimentos
Carlos Victor

Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt> escreveu (quarta, 23/04/2025 à(s) 16:15):

Exmas./os Senhoras/es

Eleitas/os da Assembleia de Freguesia da Misericórdia.

Incumbe-me a Exma. Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, Dra. Irene Lopes, de remeter a V/ Exas. a Convocatória da 14.ª Sessão Ordinária da AFM, que terá lugar no próximo dia 30 de abril pelas 19.00 horas na sede da Freguesia, bem como os documentos de suporte à mesma.

À semelhança das reuniões anteriores, será disponibilizado um Tablet por Bancada, para que possam aceder à documentação da sessão de forma sustentável e amiga do ambiente.

Não obstante à disponibilização dos documentos em papel para quem assim o desejar, devendo para esse efeito informar antecipadamente da sua pretensão.

Com os melhores cumprimentos

JUNTA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA
REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTO ENTRADA Nº 1142 ANO 2025

RECEBIDO POR Carla

DATA REMETIDO PARA SERVIÇO

30/04/2025 Excmo. Sr. Presidente

Voto de Pesar pelo falecimento de Papa Francisco

Papa Francisco faleceu no passado dia 21 de abril de 2025, na Cidade de Vaticano.

Jorge Mario Bergoglio, nascido a 17 de dezembro de 1936, nascido e criado no bairro de Flores, em Buenos Aires, na Argentina, foi o 266.º Papa da Igreja Católica, Bispo de Roma e Soberano da Cidade do Vaticano desde 13 de março de 2013 até à data da sua morte.

Foi o primeiro Bispo de Roma a ser membro da Companhia de Jesus (Jesuítas), o primeiro das américas, o primeiro do Hemisfério Sul e o primeiro pontífice não europeu em mais de 1 200 anos. Jorge Mario Bergoglio foi também o primeiro Papa a utilizar o nome de Francisco, inspirado em Francisco de Assis e, como referiu, à "sua simplicidade e dedicação aos pobres".

Tornou-se arcebispo de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e foi elevado ao cardinalato em 21 de fevereiro de 2001 — véspera da festa da Cátedra de São Pedro — com o título de Cardeal-presbítero de São Roberto Belarmino, por São João Paulo II. Foi eleito Papa em 13 de março de 2013.

Filho de Mario Giuseppe Bergoglio Vasallo e de Regina Maria Sivori Gogna, Jorge Bergoglio ingressou no noviciado da Companhia de Jesus em março de 1958. Fez o juniorado em Santiago, Chile. Graduou-se em Filosofia em 1960, na Universidade Católica de Buenos Aires. Entre os anos 1964 e 1966, ensinou Literatura e Psicologia, no Colégio Imaculada, na Província de Santa Fé, e no Colégio do Salvador, em Buenos Aires. Graduou-se em Teologia em 1969. Recebeu a ordenação presbiteral no dia 13 de dezembro de 1969, pelas mãos de Dom Ramón José Castellano. Emitiu seus últimos votos na Companhia de Jesus em 1973, ano em que foi nomeado Mestre de Noviços, no Seminário da Villa Barilari, em San Miguel. No mesmo ano foi eleito superior provincial dos jesuítas, na Argentina. Mais tarde, em 1980, após o período do provincialato, retornou a San Miguel, para ensinar em uma escola dos jesuítas.

No período de 1980 a 1986 foi reitor da Faculdade de Filosofia e Teologia de San Miguel. Após o seu doutorado na Alemanha, foi confessor e diretor espiritual em Córdoba.

Em 20 de maio de 1992, o Papa João Paulo II o nomeou bispo auxiliar de Buenos Aires. Em 3 de junho de 1997, foi nomeado arcebispo coadjutor de Buenos Aires. Tornou-se arcebispo metropolitano de Buenos Aires no dia 28 de fevereiro de 1998.

Foi criado cardeal no Consistório Ordinário Público de 2001, acontecimento presidido pelo Papa João Paulo II, recebendo o título de cardeal-presbítero de São Roberto Belarmino. Quando foi nomeado, convenceu centenas de argentinos a não viajarem para Roma, pedindo que em vez de irem ao Vaticano celebrar a sua nomeação, dessem o dinheiro da viagem aos pobres.

Ao longo de sua vida, o Papa Francisco destacou-se pelo combate à pobreza, pela promoção do papel das mulheres na sociedade e na própria Igreja, pela defesa dos mais excluídos, pela igualdade e pela humildade, como releva a frase que proferiu referindo que: *"O único momento em que é lícito olhar uma pessoa de cima para baixo é quando queremos ajudá-la a levantar-se"*.

O diálogo inter-religioso, os constantes apelos à paz e o apelo às principais causas do século XXI e à participação dos jovens na construção de uma sociedade mais justa estiveram sempre presentes na vida de Papa Francisco.

A Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023 (JMJ 2023) constituiu um marco importante que irá perdurar em milhões de pessoas de todo o mundo, muito em particular nos portugueses.

A JMJ realizada em Lisboa e em Loures revelou-se um evento extremamente relevante para Portugal do ponto de vista económico e reputacional, tendo fortalecido e impulsionando consideravelmente a “marca Portugal” a nível internacional e fomentando um forte espírito reformista, nomeadamente em termos ambientais e urbanísticos nos territórios de Lisboa e de Loures.

Importa salientar o contributo inextinguível e importante que a Junta de Freguesia da Misericórdia conferiu para o sucesso da JMJ 2023 enquanto evento de incremento e desenvolvimento sociocultural, económico e de requalificação e valorização da cidade de Lisboa e promoção do país.

A sua personalidade e a vontade de ter uma Igreja aberta a TODOS, TODOS, TODOS (como afirmou durante a JMJ 2023) estiveram sempre presentes ao longo do pontificado de Francisco, o que lhe permitiu conquistar a admiração, simpatia e respeito de todos.

O falecimento do Papa Francisco constitui um acontecimento nefasto e uma perda irreparável não apenas para o universo católico como para a humanidade, que deixa, assim, de contar com uma personalidade notável e um exemplo admirável que a todos deve inspirar.

A Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia e os eleitos pelo Partido Socialista propõem que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida na sua 14ª Sessão Ordinária, delibere o seguinte:

- 1. Manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de Papa Francisco ao Estado da Cidade do Vaticano;**
- 2. Endereçar o presente Voto de Pesar ao Patriarcado de Lisboa;**
- 3. Divulgar o presente Voto de Pesar através dos meios de comunicação oficiais dos órgãos da Freguesia da Misericórdia;**
- 4. Realizar um minuto de silêncio na presente sessão como forma simbólica de manifestar o pesar pelo falecimento de Papa Francisco.**

Lisboa, 30 de abril de 2025



Voto de Pesar
Pelo falecimento do Santo Padre, Papa Francisco (1936-2025)
o líder da simplicidade que a Igreja foi buscar “quase ao fim do mundo”

Nascido Jorge Mario Bergoglio, em Buenos Aires, na Argentina, o Papa Francisco tornou-se uma das figuras mais marcantes do nosso tempo. Religioso jesuíta, homem de oração silenciosa e de ação firme, soube conjugar a espiritualidade profunda com um olhar atento sobre as realidades mais duras e esquecidas da condição humana. A sua vida foi, desde cedo, marcada pela entrega ao próximo, pela escuta dos mais pobres e pela opção constante pelos que vivem nas margens da sociedade.

Eleito Sumo Pontífice a 13 de março de 2013, foi o primeiro papa do continente americano, o primeiro pontífice do hemisfério sul, o primeiro chefe da Igreja Católica não europeu desde há mais de 1.200 anos e também o primeiro jesuíta a assumir as funções no Vaticano. Foi também, o primeiro papa a escolher o nome de Francisco — inspirado por São Francisco de Assis — como sinal claro de um pontificado que haveria de ser moldado pela simplicidade evangélica, pela humildade e despojamento e pelo compromisso com os pobres. Com esse gesto, Francisco deu desde logo a conhecer a missão que o movia: edificar uma Igreja pobre para os pobres, mais próxima, mais humana, mais misericordiosa.

Ao longo do seu pontificado, o Papa Francisco distinguiu-se pela palavra firme, mas sempre marcada pela ternura e compaixão; pela sua extraordinária capacidade de comunicar; pela sua atenção aos mais esquecidos, aos migrantes, aos idosos, aos jovens sem rumo, às vítimas da guerra e da injustiça social. Nunca procurou os holofotes do poder nem se deixou prender aos protocolos da grandiosidade. Preferiu os pequenos gestos, os encontros pessoais, os apertos de mão comovidos e os abraços discretos mas cheios de fé. Tantas vezes quebrou protocolos para se aproximar dos fiéis, abraçando pessoas doentes, crianças e pessoas marginalizadas.

Francisco foi, para muitos, mais do que um líder espiritual — foi sinal visível da presença de Deus no meio dos homens. Um sinal de que a fé autêntica não se impõe, mas propõe-se; não se isola, mas envolve-se; não condena, mas acolhe e perdoa. Foi o Papa da misericórdia e da esperança. Um homem que acreditava que a ternura podia mudar o mundo, e que nunca deixou de pedir: “Rezem por mim.”

Francisco trouxe uma nova abordagem pastoral e espiritual que, ao longo dos anos, redefiniu o papel da Igreja no mundo contemporâneo. Enfrentou, com coragem, os desafios internos da Igreja, incluindo escândalos de abusos sexuais e a necessidade de reforma da Cúria Romana. Criou comissões para a proteção de menores, promoveu a responsabilização de autoridades e aprovou leis mais rígidas contra o abuso. Ainda que criticado por alguns por não ter ido “longe o suficiente”, o seu pontificado representa um avanço importante na tentativa de erradicar a cultura do silêncio e da impunidade dentro da Igreja.

Foi pela sua mão, ainda, que a presença de mulheres foi fortalecida no Vaticano, não só aumentando o seu número de entre o total de funcionários, mas nomeando-as para cargos inéditos e concedendo-lhes o direito de voto em reuniões globais de bispos.

Portugal recebeu-o no Santuário de Fátima, em maio de 2017, para as celebrações do Centenário das Aparições de Fátima, onde canonizou os pastorinhos Jacinta e Francisco Marto. Seis anos



mais tarde, em agosto de 2023, Lisboa teve o privilégio de o acolher para a Jornada Mundial da Juventude – aquele que foi, talvez, o momento mais marcante do seu pontificado para os fiéis portugueses. O Santo Padre veio ao encontro de milhões de jovens de todos os cantos do mundo, falando-lhes como pai, como amigo, como irmão na fé. Com a sua voz serena, com o seu sorriso sincero e com doçura no olhar, exortou-os a “levantarem-se”, a não temerem, a acreditarem num mundo mais justo, mais solidário, mais fraterno. Tocou corações com a leveza de quem vive segundo o Evangelho e com a força de quem carrega a cruz do seu povo.

A memória das suas palavras e dos seus gestos permanecerá para sempre gravada na alma do povo português. Nas ruas de Lisboa, nos olhares dos jovens, nas lágrimas dos que o escutaram, ficou o rasto luminoso e inspirador da sua passagem entre nós.

A sua partida deixa agora um vazio imenso no coração da Igreja e da humanidade. Recordamo-lo como o Papa dos gestos simples, das palavras autênticas, dos silêncios cheios de oração e do sorriso contagiante. Com ele aprendemos que “é possível rir de Deus” e que “o riso do humor nunca é contra alguém, mas é sempre inclusivo, proativo, desperta abertura, simpatia e empatia”.

Francisco pode não ter mudado toda a doutrina, mas certamente mudou o tom, a abordagem e a atitude da Igreja perante o mundo. O seu legado é de esperança, de escuta, de misericórdia. Um chamado contínuo à conversão — não apenas dos fiéis, mas da própria instituição. Em tempos incertos, Francisco permanece como farol de compaixão e coragem profética.

Descansa em Paz, Santo Padre.
Fica connosco a tua luz.

Assim, propõem os eleitos do CDS-PP que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de Abril de 2025:

- 1. Manifeste o seu mais profundo pesar e guarde um minuto de silêncio pelo falecimento do Santo Padre, Papa Francisco, Líder da Igreja Católica, homem de uma fé inabalável, mensageiro incansável da paz e verdadeiro apóstolo da esperança.**
- 2. Envie o presente voto à Nunciatura Apostólica em Lisboa.**

Lisboa, 30 de Abril de 2025

Pelos eleitos do CDS-PP
Duarte Nuno Vasconcellos

VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 25 DE ABRIL e 1º DE MAIO

Cumpridos 51 anos sobre o dia 25 de Abril, aquele que foi “O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo”, como nos descreveu Sophia de Mello Breyner, continuam a existir motivos para assinalar o dia que pôs termo à ditadura e ao regime autoritário e fascista que assolou Portugal durante 48 anos.

Nos tempos que correm, os valores da Democracia, da Liberdade, da Igualdade e da Justiça continuam a precisar de serem vigiados e defendidos face às ameaças latentes e certos movimentos que proliferam em variados quadrantes e latitudes, incluindo em Portugal.

A História contemporânea ensina-nos que não há valores nem direitos verdadeiramente adquiridos perpetuamente, pelo que se exige que o nosso regime democrático e o Estado de Direito devam continuar a ser defendidos por parte de todos os democratas.

Assinalar o “25 de Abril” em 2025 assume, por isso, particular importância para que todos os cidadãos e cidadãs vejam cumpridos os valores que Abril e as gerações atuais e futuras possam aspirar a um futuro promissor.

Também o 1º de Maio - Dia do Trabalhador reveste-se de particular relevância ao afirmar-se como a data que representa, não apenas os trabalhadores e trabalhadoras, mas a defesa e promoção dos direitos sociais, do progresso e de um país mais justo, coeso e desenvolvido.

Temos de prosseguir o rumo que traçámos em Abril de 1974 e consolidar as conquistas e avanços alcançados no último meio século em Portugal em diversos domínios, por forma a alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento, qualidade de vida e bem-estar para todos com o objetivo de construirmos uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e coesa.

Pelos motivos expostos, os eleitos pelo Partido Socialista propõem que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida na 14ª Sessão Ordinária, a 30 de abril de 2025, delibere o seguinte:

- 1. Saudar o “25 de Abril de 1974” e enaltecer os valores fundadores do Estado de Direito Democrático em Portugal;**
- 2. Saudar o 1º de Maio – Dia do Trabalhador, congratulando todos os trabalhadores e trabalhadoras, dedicando uma palavra de particular apreço e saudação aos trabalhadores da Freguesia da Misericórdia;**
- 3. Divulgar o presente Voto de Saudação através dos meios de comunicação institucionais próprios da Freguesia da Misericórdia e junto dos trabalhadores e trabalhadoras da Junta de Freguesia da Misericórdia.**

Lisboa, 30 de abril de 2025



VOTO DE SAUDAÇÃO

Aos 51 anos de democracia em Portugal e aos valores de Abril e Maio

O CDS-PP saúda os 51 anos que se vivem em democracia desde o 25 de Abril de 1974.

A cada ano, a data marcada no calendário como um feriado, deve servir para lembrar os valores intemporais que o 25 de Abril, primeiro, e o 25 de Novembro, depois, nos legaram. A data deve lembrar-nos que devemos conseguir identificar e combater todas as formas de injustiça, de corrupção, de segregação, de despotismo, de obscurantismo, e de luta, tanto na esfera pública como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.

Foi Abril que permitiu o multipartidarismo, do qual nasceu o CDS – que brevemente fará, também, 51 anos –, e onde confluíram liberais, conservadores e democratas-cristãos que nesta longa caminhada sempre honraram as palavras, plenas de sentido e atualidade, que Adelino Amaro da Costa proferiu em 1976: «o CDS estará sempre empenhado em participar no diálogo necessário para a sobrevivência e consolidação da Democracia».

Foi Abril que restaurou os direitos civis e políticos; foi Abril que estabeleceu uma verdadeira separação de poderes; foi Abril que possibilitou a liberdade de imprensa e de opinião; e foi Abril que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte de 1975 onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais autoritarismos e, assim, se reafirmando a democracia e a liberdade em todos os atos eleitorais até à atualidade.

País fundador da OCDE e da NATO, foi com Abril que assistimos à contínua internacionalização de Portugal, desde a Comunidade Económica Europeia, à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, até à Zona Euro; e que se assistiu, também, à internacionalização económica através da indústria e do turismo.



Celebrar Abril é, para quem faz serviço público, como autarcas, num mandato conferido pelo povo, respeitar esses eleitores com redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, com humildade e pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.

Celebrar Abril é defender, diariamente, a democracia dos perigos e desafios provocados pela permanente descrédibilização do sistema político que leva à abstenção eleitoral e à desconfiança de vastos setores da população, impelindo-os para as propostas populistas e extremistas.

Nesta data, devemos recordar um Abril intemporal, um Abril sem donos, um Abril em que todos são livres de pensar e de se exprimir, sem censura, sem condenação, sem juízos de valor, sem medo de serem “cancelados” por bem-pensantes. Um Abril da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado, nem nunca estará.

Lembremos a coragem daqueles que, em Portugal, mantiveram viva a chama da luta laboral e que encheu as ruas no primeiro 1.º de Maio em liberdade, logo após o 25 de Abril de 1974 e que celebrou não só os direitos laborais, mas também a liberdade recém-conquistada.

Na próxima semana, comemoram-se 139 anos da greve geral de Chicago, e da coragem de milhares de homens e mulheres que enfrentaram a repressão e a injustiça para exigir o que hoje nos parece óbvio: oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de vida pessoal e lazer.

Este é, também, o momento para recordar que um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. Aliás, num contexto global onde crises económicas e ambientais afetam as condições de vida de milhões, o 1.º de Maio recorda-nos que o progresso social depende do esforço coletivo e da capacidade de ouvir e atender às necessidades dos mais vulneráveis.



O 1.º de Maio é um dia inclusivo, que transcende fronteiras e setores. Não é apenas o dia dos trabalhadores no ativo que, diariamente, constroem sociedade. É um dia que pertence aos jovens que entram no mercado de trabalho, aos reformados que contribuíram durante toda a vida, e àqueles que, por diversas razões, enfrentam o desemprego ou a exclusão laboral.

A força simbólica do 1.º de Maio reside na sua capacidade de unir diferentes gerações e lutas num propósito comum: a dignidade do trabalho. O seu legado não deve ser encarado como uma herança estática, mas como um compromisso contínuo com os valores da justiça social, da igualdade e da solidariedade.

Como lembrava o Papa Francisco: «Nenhuma família sem trabalho, nenhum trabalho sem dignidade, nenhum trabalhador sem direitos.» Este deve ser o norte que orienta as políticas públicas, a ação sindical e o compromisso dos cidadãos.

Em nome da dignidade do trabalho e da justiça social, o 1.º de Maio deve continuar a ser uma data de memória ativa, de esperança renovada e de compromisso com uma sociedade verdadeiramente ao serviço da pessoa humana.

Mais do que nunca, num tempo de incertezas e mudanças profundas, o 1.º de Maio, tal como o Abril, é uma data para recordar que os direitos não são dados — são conquistados. E que a sua defesa exige vigilância, união e ação.

Celebremos, pois, Abril e Maio!

Assim, propõem os eleitos do CDS-PP que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de Abril de 2025, delibere:

- 1. Saudar e celebrar os valores da Liberdade, da Democracia, da Tolerância e da Paz do 25 de Abril de 1974.**
- 2. Saudar e celebrar os valores da justiça social, da igualdade e da solidariedade intrínsecos ao 1.º de Maio.**
- 3. Saudar todos os autarcas, que desde as primeiras eleições autárquicas de 1976, tanto fizeram e continuam a fazer pelas suas populações.**



4. Dedicar a presente saudação a todos os trabalhadores que procuram a igualdade de oportunidades, melhores condições de trabalho e remunerações mais justas, assim como a todos aqueles que, em 25 de Abril de 1974, lutaram por um Portugal democrático e livre.

5. Enviar o presente voto aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República; à Assembleia Municipal de Lisboa e respetivos Grupos Municipais; à Associação 25 de Abril; às Centrais Sindicais CGTP e UGT.

Lisboa, 30 de Abril de 2025

Os eleitos do CDS-PP

Moção

No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efectivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em ruptura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida a 30 de Abril de 2025, delibera:

- 1 Saudar o 51º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
- 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 51 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
- 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
- 4 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

Os eleitos da CDU

José Diniz

Ana Sara Pinto



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo **23/04/2025**

Deliberação _____

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.: *Carla Madeira*

PROPOSTA Nº 042/JFM/2025

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2024

Considerando:

a) As competências da Junta de Freguesia em matéria de aprovação dos documentos de prestação de contas.

Tenho a Honra de Propor para deliberação:

1. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea e) do nº 1 do artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2024;
2. Submeter, nos termos previstos na alínea e) do nº 1 do artigo 16º da referida Lei nº 75/2013 os suprarreferidos documentos à apreciação da Assembleia de Freguesia;

Lisboa, 23 de abril de 2025

A Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia

Carla Madeira
(Carla Madeira)



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo **23/04/2025**

Deliberação _____

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.: *Carla Madeira*

PROPOSTA Nº 045/JFM/2025

Aprovação da 1ª alteração Modificativa ao Orçamento

Tenho a honra de propor que a Junta de Freguesia da Misericórdia, reunida no dia 15 de junho do corrente ano delibere:

Aprovar e submeter à aprovação pela Assembleia de Freguesia da Misericórdia, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Alteração Orçamental Modificativa do Orçamento de 2025, nos termos que constam em anexo à presente proposta e constituída por:

1. Alteração Orçamental Modificativa da Receita;
2. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa;
3. Alteração Modificativa do PPI;

A Presidente

Carla Madeira

(Carla Madeira)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR RUI CORDEIRO

PROPOSTA N.º 228/2025

Assunto: Deliberar submeter à Assembleia Municipal a aprovação de celebração de contratos interadministrativos de cooperação e da respetiva minuta, bem como os respectivos apoios financeiros, nos termos e condições consignados na proposta

Pelouros: Higiene Urbana

Serviços: DMHU/DHU

Considerando que:

1. A reorganização administrativa de Lisboa, publicada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, alterada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, Lei n.º 42/2016, 28 de dezembro e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, veio implementar uma estratégia de modernização e de adaptação do modelo de governo da cidade que representa uma concretização do princípio da descentralização administrativa e respeita os princípios da universalidade e da equidade no quadro do relacionamento entre o município e as freguesias (artigo 1.º, n.º2 da Lei nº.56/ 2012).
2. A referida reorganização administrativa incrementou uma multiplicidade de tarefas cometidas às autarquias, no concelho de Lisboa, e consequentemente a necessidade de recorrer a instrumentos jurídicos, com o desígnio da prossecução conjunta dos fins públicos perpetrados por cada entidade administrativa.
3. A Cidade de Lisboa albergou até 2019, transitoriamente, milhões de turistas ao longo do ano, o que fortifica a economia local, o emprego e o comércio tradicional, não obstante esta realidade de um turismo massificado provoca aparecimento de vários constrangimentos, resultado de uma população flutuante, com uma mobilidade muito diversificada e de hábitos muito diferenciados.
4. Decorrido o processo da reorganização administrativa de Lisboa, e face ao fluxo significativo crescente de turistas que circulavam na Cidade- com uma maior incidência em determinadas zonas devido às suas características históricas, arquitetónicas e culturais-, foi notória a debilidade das capacidades das Freguesias, para uma gestão



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR RUI CORDEIRO

assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana.

5. As Juntas de Freguesias de Lisboa manifestaram-se e continuam a manifestar-se publicamente, reivindicando do Município de Lisboa uma solução política conjunta, de cooperação, de modo a ultrapassar os atuais constrangimentos ao nível da higiene urbana, através de uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, para atingir uma maior eficiência na sua atuação.
6. Neste contexto territorial e político emergiu o desafio de encontrar formas de articulação e de cooperação interadministrativa, para responder a um pluralismo de interesses e legitimidades, nos tempos hodiernos.
7. Ao longo do tempo, a doutrina tem vindo a defender existirem contratos interadministrativos -dada a natureza pública das partes contraentes-, que tenham como fundamento a cooperação entre entidades administrativas e encontrando-se as partes numa situação de igualdade jurídica.
8. Por outro lado, a garantia constitucional da existência de autarquias locais, nomeadamente o artigo 237.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) implica que os interesses locais sejam prosseguidas pelas mesmas.
9. No quadro legal das competências das autarquias locais estabelecido pelas disposições conjugadas da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em Lisboa, detêm o município e as freguesias competências (conexas) na área da higiene urbana, incumbindo a competência da limpeza das vias (varredura e lavagem) às Freguesias e a gestão direta pela câmara municipal das vias de natureza estruturante, bem como incumbindo ao município a gestão de resíduos urbanos nos termos da Lei.
10. Uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, no domínio da higiene urbana, leva necessariamente a uma atuação consensualizada entre estas autarquias para a melhoria de um resultado comum, mostrando-se inevitável a cooperação entre Município e Freguesia.
11. Nesse sentido, tem a doutrina considerado a faculdade das entidades públicas celebrarem contratos interadministrativos de cooperação: “efetivamente, se a autonomia pública é o fundamento de todas as formas de atuação contratual da Administração, no caso dos contratos interadministrativos- ou pelo menos, de certos tipos de contratos administrativos- a cooperação é o outro fundamento”, como se mostra no estudo jurídico realizado.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR RUI CORDEIRO

Considerando, ainda, que:

12. O recurso a contratos interadministrativos de cooperação, através de consenso entre as autarquias (município e freguesias) reforça a democraticidade do poder local, assegurando-se, assim, que o princípio da contratualização dos poderes públicos decorre da essência de um modelo de administração democrático, bem como a concretização dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e da boa administração.
13. Na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio o legislador conferir quer em relação às Freguesias, quer ao Municípios, atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, em mútua articulação, nos termos do artigo 7.º, n.º1 e artigo 23.º, n.º1, ambos do Anexo I da mesma Lei.
14. Nesse contexto normativo, o legislador reconhece e reforça que, tanto o Município como a Freguesia têm atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, incumbindo-lhes a sua articulação, e vai mais longe, especificando em matéria de competências, designadamente a competência da assembleia de freguesia para autorizar a freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas e a competência da assembleia municipal para deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, ao abrigo do artigo 9.º, n.º1, alínea j) e artigo 25.º, n.º1, alínea j), ambos os artigos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respectivamente.
15. No âmbito do quadro legislativo e doutrinário é associável poder celebrar um contrato interadministrativo entre o Município e a Freguesia, estabelecendo relações de cooperação com vista a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços público da freguesia, envolvendo uma participação de um apoio financeiro.
16. Constitui um novo paradigma, a atuação conjunta e concertada entre Municípios e Freguesias, em relação ao exercício de competências conexas e com vista à prossecução de fins comuns, assumindo os contratos cooperativos, o modelo de excelência dessa autonomia pública contratual.
17. Este novo paradigma, reconhecido num contrato interadministrativo de cooperação, com participação de um apoio financeiro, mais não é que a consolidação da doutrina nacional, e cuja fixação do montante está devidamente fundamentada com base numa



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR RUI CORDEIRO

análise técnica da realidade, consubstanciada no estudo elaborado pelos serviços competentes, da Direção Municipal da Higiene Urbana, que se junta para a devida consulta e aqui se dá por integralmente reproduzido.

18. Nos termos dos artigos 5.ºA e 5.ºB, ambos do Código dos Contratos Públicos, em matéria de contratos interadministrativos de cooperação, determina – é estabelecido que, “a parte II também não é aplicável à formação dos contratos celebrados exclusivamente entre duas ou mais entidades adjudicantes quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes condições: o contrato estabelece uma cooperação entre as entidades adjudicantes, no âmbito de tarefas públicas que lhes estão atribuídas e que apresentam uma conexão relevante entre si; a cooperação é regida exclusivamente por considerações de interesse público; e as entidades adjudicantes não exercem no mercado livre mais de 20 % das atividades abrangidas pelo contrato de cooperação”.
19. Nessa medida, encontram-se preenchidas as condições supracitadas, uma vez que se trata de uma cooperação entre Município e Freguesia, no âmbito de tarefas públicas que lhes estão atribuídas e que apresentam uma conexão relevante entre si, exclusivamente por considerações de interesse público, bem como quer o Município quer a Freguesia não exercem no mercado livre mais de 20 % das atividades abrangidas pelo contrato de cooperação.
20. Com os fundamentos acima elencados foram celebrados contratos interadministrativos de cooperação entre o Município e as 24 freguesias de Lisboa na área da higiene urbana, celebração que foi autorizada através da aprovação da Proposta 3/CM/2019 pela Assembleia Municipal, em reunião de 19 de fevereiro de 2019.
21. Os valores do apoio financeiro então autorizado tiveram por base um estudo, que constitui Anexo aos referidos contratos, o qual continha dados relativo à pressão turística.
22. Em 2022 e 2023 através de Deliberação da AM respetivamente sob a Proposta n.º 299/CM/2022, em 07 de junho e sob a Proposta n.º 159/CM/2023 em 27 de abril, foi autorizada a celebração de contratos idênticos.
23. Foi elaborado um estudo para determinação de apoio financeiro, segundo o qual foram estabelecidos os valores máximos do apoio em 2024 e em 2025.
24. Em 2024 através da Deliberação da AM sob a Proposta n.º 790/CM/2024 foi autorizada a celebração de contratos idênticos, tendo o valor do apoio financeiro sido atualizado com base no estudo referido no ponto anterior.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR RUI CORDEIRO

25. É necessário assegurar as atividades em causa no primeiro semestre de 2025, realizando-se posteriormente a análise dos resultados obtidos
26. O objeto dos contratos a celebrar implica um incremento das rotinas de limpeza urbana, designadamente despejo de papeleiras e varredura de vias.

Assim,

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:

Submeter à Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas nos artigos 23.º, n.º1 e 25.º, n.º1, alínea j) e 33.º, n.º1, alínea ccc), todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual, no artigo 237.º da Constituição da República Portuguesa, e nos artigos 5.ºA, n.º5, alíneas a) a c), 5.ºB, n.º1, 278.º, 279.º e 338.º, todos do Código dos Contratos Públicos:

- 1- Aprovar a celebração de contratos interadministrativos de cooperação e respetiva minuta ora anexa, relativamente às 24 (vinte e quatro) Freguesias da cidade de Lisboa, que faz parte integrante da presente proposta.
- 2- Aprovar o apoio financeiro, nos termos e para os efeitos da cláusula nona dos respetivos contratos interadministrativos de cooperação, nos termos e condições constantes do quadro seguinte:

Freguesia	Verbas em 2025 1º SEMESTRE
Santa Maria Maior	738 637,50 €
Santo António	511 568,50 €
Misericórdia	506 762,50 €
Arroios	500 812,00 €
São Vicente	315 279,50 €
Belém	248 491,00 €
Avenidas Novas	244 065,00 €
Estrela	192 756,50 €
Parque das Nações	184 649,00 €
Alvalade	126 766,50 €
Campo de Ourique	114 774,00 €
Olivais	112 473,00 €
Alcântara	110 537,00 €
Lumiar	104 476,00 €



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR RUI CORDEIRO

Penha de França	103 219,00 €
São Domingos de Benfica	102 161,00 €
Benfica	97 476,00 €
Santa Clara	94 886,50 €
Campolide	92 965,00 €
Ajuda	92 018,00 €
Marvila	91 863,00 €
Carnide	91 854,50 €
Beato	90 977,00 €
Areeiro	89 077,50 €
Total Verbas 1º semestre 2025	4 958 545,50 €

O encargo da despesa com os presentes contratos interadministrativos de cooperação tem enquadramento na orgânica / índice de orgânica 20.01/10031, rubrica económica D.04.05.01.02- freguesias, Ação do Plano B1.P008.01- Limpeza Urbana e Recolha seletiva, (Código 40173_RP), no montante de € **4 958 545,50 €** (quatro milhões novecentos e cinquenta e oito mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos).

Paços do Concelho de Lisboa, 30 de abril de 2025

O Vereador

Rui Cordeiro



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vereador Dr. Rui Cordeiro, com domicílio profissional na Rua do Arsenal, 54 - 1.º, desta cidade, que outorga em representação deste de harmonia com o Despacho n.º 166/P/2021, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1446, de 4 de novembro de 2021, com as alterações constantes do Despacho n.º 27/P/2025, publicado 1.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1617, de 13 de fevereiro e adiante designada por **Primeira Contratante**;

E

FREGUESIA _____, pessoa coletiva n.º _____, com sede na _____, _____, concelho de Lisboa, aqui representada por _____, na qualidade de Exmo. Presidente da Junta de Freguesia da _____, com poderes para o ato, adiante designada por **Segunda Contratante**.

Considerando que:

I - Fundamentação de facto

1. A reorganização administrativa de Lisboa, publicada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, alterada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, Lei n.º 42/2016, 28 de dezembro e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, veio implementar uma estratégia de modernização e de adaptação do modelo de governo da cidade que representa uma concretização do princípio da descentralização administrativa e respeita os princípios da universalidade e da equidade no quadro do relacionamento entre o município e as freguesias (artigo 1.º, n.º 2 da Lei n.º 56/2012).
2. A referida reorganização administrativa veio incrementar uma multiplicidade



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

de tarefas cometidas às autarquias, no concelho de Lisboa, e consequentemente a necessidade de recorrer a instrumentos jurídicos, com o desígnio da prossecução conjunta dos fins públicos perpetrados por cada entidade administrativa.

3. É neste contexto territorial e político que emerge o desafio de encontrar formas de articulação e de cooperação interadministrativa, para responder a um pluralismo de interesses e legitimidades, nos tempos hodiernos.

II - Fundamentação de direito

4. Ao longo do tempo, a doutrina tem vindo a defender existirem contratos interadministrativos -dada a natureza pública das partes contraentes-, que tenham como fundamento a cooperação entre entidades administrativas e encontrando-se as partes numa situação de igualdade jurídica.
5. Por outro lado, a garantia constitucional da existência de autarquias locais, nomeadamente o artigo 237.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) implica que os interesses locais sejam prosseguidos pelas mesmas.
6. Nesta matéria, vários autores nacionais e estrangeiros, sustentam que a liberdade contratual resulta da própria Constituição, também, para as entidades públicas, como corolário lógico da autonomia pública e mesmo devido ao princípio democrático na organização das entidades públicas.
7. Deste modo, podemos e devemos entender como um novo paradigma a atuação conjunta e concertada entre Municípios e Freguesias, em relação ao exercício de competências conexas e com vista à prossecução de fins comuns, assumindo os contratos cooperativos, o modelo de excelência dessa autonomia pública contratual.
8. Assim, há que enfatizar que o facto de ser permissível a celebração de contratos interadministrativos, de natureza cooperativa, entre o Município e as Freguesias, de modo a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, através de um “*auxílio*



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

financeiro”, não concretiza nenhum desvio no espírito do nosso legislador que, já tinha “estendido o tapete” ao regime de parcerias, em “águas” do poder local.

9. Tal *ratio* resulta do regime jurídico das autarquias locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, quer em termos de atribuições, quer em matéria de competências próprias dos respetivos órgãos, e ainda, com o regime especial em Lisboa, por força das disposições da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, na redação atual.
10. Na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio o legislador conferir quer em relação às Freguesias, quer aos Municípios, atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em mútua articulação (Cfr. artigo 7.º, n.º1 e artigo 23.º, n.º1, ambos do Anexo I da mesma Lei).
11. Nesse contexto normativo, o legislador reconhece e reforça que, tanto o Município como a Freguesia têm atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, incumbindo-lhes a sua articulação, e vai mais longe, especificando em matéria de competências, designadamente a competência da assembleia de freguesia para autorizar a freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas e a competência da assembleia municipal para deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações - Cfr artigo 9.º, n.º1, alínea j) e artigo 25.º, n.º1, alínea j), ambos os artigos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respectivamente.
12. Neste quadro legislativo e doutrinário é associável poder celebrar um contrato interadministrativo entre o Município e a Freguesia, estabelecendo relações de cooperação com vista a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia, envolvendo uma participação de um apoio financeiro.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

13. Este novo paradigma para uma atuação entre o Município de Lisboa e as Freguesias, reconhecido num contrato interadministrativo de cooperação, com participação de um apoio financeiro, mais não é que a consolidação da doutrina.
14. Nos termos dos artigos 5.ºA, n.º 5 e alíneas a) a c), 5.ºB, n.º1, ambos do Código dos Contratos Públicos, em matéria de contratos interadministrativos de cooperação, determina – é estabelecido que, “a parte II também não é aplicável à formação dos contratos celebrados exclusivamente entre duas ou mais entidades adjudicantes quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes condições: o contrato estabelece uma cooperação entre as entidades adjudicantes, no âmbito de tarefas públicas que lhes estão atribuídas e que apresentam uma conexão relevante entre si; a cooperação é regida exclusivamente por considerações de interesse público; e as entidades adjudicantes não exercem no mercado livre mais de 20 % das atividades abrangidas pelo contrato de cooperação”.
15. Nessa medida, encontram-se preenchidas as condições supracitadas, uma vez que se trata de uma cooperação entre Município e Freguesia, no âmbito de tarefas públicas que lhes estão atribuídas e que apresentam uma conexão relevante entre si, exclusivamente por considerações de interesse público, bem como quer o Município quer a Freguesia não exercem no mercado livre mais de 20 % das atividades abrangidas pelo contrato de cooperação.
16. Com os fundamentos acima elencados foram celebrados contratos interadministrativos de cooperação entre o Município e as 24 freguesias de Lisboa na área da higiene urbana, celebração que foi autorizada através da aprovação da Proposta 3/CM/2019 pela Assembleia Municipal, em reunião de 19 de fevereiro de 2019.
17. Os valores do apoio financeiro então autorizado tiveram por base um estudo, que constitui Anexo aos referidos contratos, o qual continha dados relativo à pressão turística.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

18. Em 2022 e 2023 através de Deliberação da AM respetivamente sob a Proposta n.º 299/CM/2022, em 07 de junho e sob a Proposta n.º 159/CM/2023 em 27 de abril, foi autorizada a celebração de contratos idênticos.
19. Foi elaborado um estudo para determinação de apoio financeiro, segundo o qual os valores máximos do apoio em 2024 e 2025.
20. Em 2024 através da Deliberação da AM sob a Proposta n.º 790/CM/2024 foi autorizada a celebração de contratos idênticos, tendo o valor do apoio financeiro sido atualizado com base no estudo referido no ponto anterior.
21. O objeto dos contratos a celebrar implica um incremento das rotinas de limpeza urbana, designadamente despejo de papelarias e varredura de vias.
22. Tendo a minuta sido aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de _____ e a sua outorga pela Junta de Freguesia aprovada pela Assembleia de _____.
23. É celebrado o presente contrato interadministrativo de cooperação, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 7.º, n.º1, 9.º, n.º1, alínea j), 23.º, n.º1 e 25.º, n.º1, alínea j), todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda nos artigos 5.ºA, n.º 5, alíneas a) a c), 5.ºB, n.º1 ambos do Código dos Contratos Públicos, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO 1

COOPERAÇÃO

Cláusula Primeira

Objetivo da cooperação

O presente contrato tem como objetivo garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia _____.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula Segunda

Objeto contratual

1 - Pelo presente contrato, o **Primeiro Contratante** e a **Segunda Contratante** acordam entre si, o estabelecimento de relações de cooperação, através de uma atuação concertada com vista à prossecução dos fins comuns mencionados na cláusula primeira, definindo-se nas cláusulas seguintes, os termos e modo dessa cooperação.

2 - O objeto contratual definido no número anterior, envolve uma participação pelo **Primeiro Contratante**, designadamente um apoio financeiro, para desenvolvimento do objetivo previsto na cláusula primeira, nos termos e condições fixadas no presente contrato.

SECÇÃO 2

PRINCÍPIOS, INDICADORES E CRITÉRIOS

Cláusula Terceira

Princípios gerais

No que respeita às relações de cooperação previstas na cláusula segunda do presente contrato, é aplicável o disposto no artigo 281.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula Quarta

Indicadores

Para concretização da cooperação prevista na cláusula segunda do presente contrato foram estabelecidos indicadores resultantes de um estudo elaborado com esse objetivo

Cláusula Quinta

Critérios

Para concretização da cooperação prevista na cláusula segunda do presente contrato são estabelecidos os critérios constantes do estudo referido no artigo anterior



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

SECÇÃO 1

AÇÕES DE COOPERAÇÃO

Cláusula Sexta

Ações da Segunda Contratante

1 - No âmbito do objeto contratual, a **Segunda Contratante** assume o seguinte:

- a) Tendo em conta os indicadores e critérios estabelecidos, nas cláusulas quarta e quinta do presente contrato, é estabelecido, por mútuo reconhecimento, uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia;
- b) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das relações de cooperação ora contratadas, bem como a execução das ações assumidas;
- c) Cooperar com o **Primeiro Contratante** no acompanhamento e controlo do cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- d) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e das normas aplicáveis, o apoio financeiro, tendo em conta o objeto do presente contrato.

2 - Para efeitos de cumprimento da alínea a) do número anterior, é considerado que a gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia, inclui como mínimo a limpeza durante os 7 dias da semana.

3 - Para efeitos de cumprimento da alínea b) do número um, apresentar obrigatoriamente elementos sobre as ações desenvolvidas no âmbito do objeto do presente contrato, no mês seguinte ao seu final, relativamente às atividades desenvolvidas durante toda a sua vigência nos termos e com os conteúdos que serão comunicados pelo Primeiro Contratante.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula Sétima

Ações do Primeiro Contratante

No âmbito do objeto contratual, o **Primeiro Contratante**, assume as seguintes ações:

- a) Participar através de um apoio financeiro, nos termos estritamente previstos no presente contrato;
- b) Prestar todo o apoio técnico e humano necessário à concretização da cooperação objeto do presente contrato;
- c) Acompanhar as ações, mediante relatórios e informações facultados pela **Segunda Contratante**.

SEÇÃO 2

APOIO FINANCEIRO

Cláusula Oitava

Requisitos cumulativos

A **Segunda Contratante** tem de reunir os seguintes requisitos cumulativos, para celebração do presente contrato, bem como dar lugar à transferência do apoio financeiro:

- a) Apresentação prévia do mapa de pessoal, no que respeita aos recursos humanos afetos à higiene urbana, junto dos serviços competentes do **Primeiro Contratante**;
- b) A apresentação obrigatória dos elementos referidos no n.º 3 da Cláusula 6.ª junto dos serviços competentes do **Primeiro Contratante**.

Cláusula Nona

Apoio Financeiro

1 - O **Primeiro Contratante** participa, com um apoio financeiro, durante a vigência do presente contrato.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2- Para efeito de cálculo do montante do apoio financeiro foram considerados os elementos constantes do estudo elaborado.

3- O apoio financeiro é transferido para a **Segunda Contratante** do seguinte modo:

a) Uma única tranche, até 30 dias após a celebração do contrato;

SEÇÃO 3
EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima

Monitorização da cooperação

A execução do presente contrato será acompanhada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais e da Junta de Freguesia que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas e as visitas que se mostrem necessárias, para monitorização e controlo do objeto do presente contrato.

Cláusula Décima Primeira

Gestor do contrato

Para efeito do disposto no artigo 290.ºA do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do presente contrato o Chefe de Divisão da Divisão de Limpeza Urbana, do Departamento de Higiene Urbana e pela Junta de Freguesia é designado _____.

Cláusula Décima Segunda

Modificação, Revogação e Resolução

1 - O presente contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 - O presente contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Terceira

Entrada em vigor e Período de vigência

1 - O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

2 - O período de vigência do contrato é até 30 de junho de 2025.

O presente contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, de de 2025.

O Primeiro Contratante

O Vereador

A Segunda Contratante

Presidente da Junta de Freguesia



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CMML - Sede Social Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2025
Data Lanç.: 30.04.2025
Data Doc.: 30.04.2025
Doc. Origem: PROPOSTA 228/25
Descrição: CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS - PROP 228/2025
Orgânica: 10031

Nº Cabimento: 5325002568
NUP: 625001624

Funcional: _____

Moeda: EUR

Exercic	Económica	Código do Plano	Dt Venci.	Org/PPI Inicial	Refor./Anula.	Org/PPI Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
2025	D.04 05.01 02	40173_RP	30.04.2025	5.700.000,00	3.350.000,00	9.050.000,00	125.000,00	2.275.000,00	6.650.000,00	4.958.545,50	1.691.454,50
		Totais		5.700.000,00	3.350.000,00	9.050.000,00	125.000,00	2.275.000,00	6.650.000,00	4.958.545,50	1.691.454,50

Total do Valor Cabimentado 4.958.545,50

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização		
Contrato Escrito	Exigido []	Não Exigido []
Visto Tribunal de Contas	Exigido []	Não Exigido []
Comunicação Adicional T. C.	Exigido []	Não Exigido []



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.04.2025

Nº: 5025000444

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

24 Juntas de Freguesia	5325002568	4 958 545,50 €
------------------------	------------	----------------

Para cumprimento do artº 9º do Regulamento do Orçamento 2025, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na orgânica 10031:	4 958 545,50 €
--	----------------

Total a comprometer na DFD:	4 958 545,50 €
-----------------------------	----------------

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 30 de abril de 2025

O Diretor de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel